



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

# EDITAL

---

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº **017/2026** – BNDES

**Classificação:** Documento Controlado (conforme OS PRESI nº 01/2015 - BNDES)

**Prazo da Restrição:** até a data da disponibilização do Aviso de Licitação para publicação

**Restrição de Acesso:** Empresas do Sistema BNDES – Uso no Âmbito Interno

**Unidade Gestora:** AJI/JULIC/GLIC3

PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 017/2026

BNDES \_\_\_\_\_

OBJETO

Aquisição de quatro equipamentos de segurança para criptografia e proteção de chaves criptográficas (Hardware Security Module - HSM), incluindo os serviços de instalação, treinamento, integração e suporte técnico pelo prazo de 60 (sessenta) meses, na modalidade Pregão Eletrônico, por menor preço global, e modo de disputa aberto e fechado, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



DATA

02/06/2026



HORÁRIO

15h00min (horário de Brasília – DF)



LOCAL

[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

## LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123**  
14/12/2006

**LEI Nº 13.709**  
14/08/2018

**DECRETO Nº 8.538**  
06/10/2015

**LEI Nº 13.303**  
30/06/2016

**DECRETO Nº 8.945**  
27/12/2016

**IN SEGES/ME Nº 73**  
30/09/2021\*\*\*

**LEI Nº 14.133**  
01/04/2021\*\*

\*\*exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.

\*\*\*exclusivamente quanto ao rito da licitação, quando não for incompatível com o regime jurídico aplicado às empresas estatais.



Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES, disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos>

## DÚVIDAS SOBRE O EDITAL

✉ [licitacoes@bndes.gov.br](mailto:licitacoes@bndes.gov.br)

Em até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública

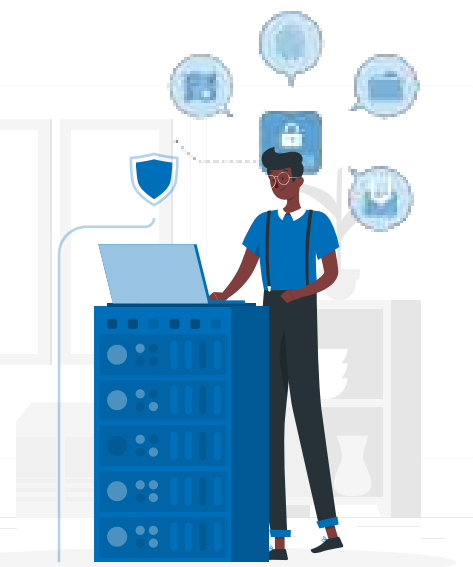
### ATENÇÃO!

No campo "assunto" do e-mail devem ser inseridos:

- modalidade e

- número da licitação (Pregão Eletrônico nº **017/2026** – BNDES). As respostas serão divulgadas exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras/pt-br>).

## TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



A participação neste procedimento licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao Licitante, inclusive sócios, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo BNDES, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo BNDES dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

## DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

### Central de Serviços Serpro - CSS

✉ [css.serpro@serpro.gov.br](mailto:css.serpro@serpro.gov.br)

☎ 0800-978-9001

Manual do Portal de Compras

<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais>

## CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

### Ouvidoria do BNDES

Através de preenchimento do formulário disponível no endereço eletrônico [www.bndes.gov.br/ouvidoria](http://www.bndes.gov.br/ouvidoria)

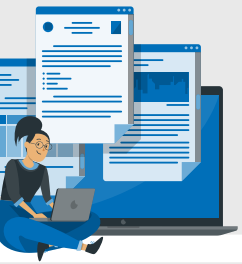
✉ Caixa Postal 15054, CEP nº 20.031-120, Rio de Janeiro – RJ

☎ 0800-7026307

# ETAPAS pregão eletrônico

## 1 CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

Cadastre a sua proposta no portal de compras do governo federal e preencha as informações solicitadas.



## 2 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Na data e horário designados se iniciará a fase de lances, em conformidade com os requisitos deste Edital e seus Anexos.



## 3 ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

O sistema ordenará automaticamente as propostas.

## 4 OFERTAS DE LANCES

Você poderá ofertar o seu lance, assim como os demais Licitantes.

## 5 DIREITO DE PREFERÊNCIA

É garantido a:

Microempresas e empresas de pequeno porte.

Confira as regras na cláusula 4.7 deste Edital.



## 6 NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

O Pregoeiro encaminhará uma contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço.



## 7 PROPOSTA ADEQUADA AO LANCE FINAL

O Licitante de melhor lance apresentará a proposta adequada ao lance final ofertado em até 2h, a contar da solicitação do Pregoeiro.

## 8 ANÁLISE DOS VALORES

O Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

## 9 ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

Aceita a proposta, o Pregoeiro analisará a habilitação.

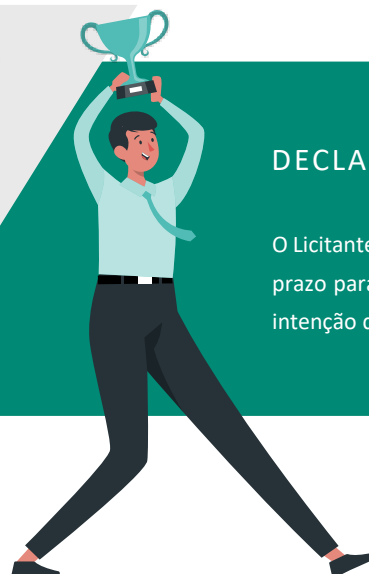
Se incompatível, será convocado o próximo colocado.

**Inversão de fases** - a análise da habilitação pode ocorrer antes da proposta de valores. Confira a hipótese na cláusula 4.11 deste Edital.



## DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

O Licitante será declarado vencedor, abrindo-se prazo para que os outros possam manifestar a intenção de recorrer.



# PREGÃO ELETRÔNICO

## Nº 017/2026

BNDES

EDITAL

## 1

### OBJETO

**1.1** O presente Pregão visa a aquisição de quatro equipamentos de segurança para criptografia e proteção de chaves criptográficas (Hardware Security Module - HSM), incluindo os serviços de instalação, treinamento, integração e suporte técnico pelo prazo de 60 (sessenta) meses, na modalidade Pregão Eletrônico, por menor preço global, e modo de disputa aberto e fechado, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

**1.1.1** Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Compras Governamentais e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

## 2

### PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados e habilitados parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF que atenderem às exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

**2.1.1** A inclusão dos documentos e/ou informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é de inteira responsabilidade do Licitante, podendo ocasionar na sua desclassificação a ausência de qualquer documento exigido neste Edital.

**2.2** Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas para o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF, bem como as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

**2.3** Estará impedido de participar deste Pregão o interessado que:



I. tenha sofrido decretação de falência ou dissolução;



II. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, nos termos do artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016;



III. tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a União Federal, nos termos do artigo 38, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, ou esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou do artigo 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;



IV. esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos II e III deste item<sup>1</sup>;



V. se enquadre em alguma das demais vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seu artigo 38;



VI. se enquadre em algumas das vedações previstas na Política para Transações com Partes Relacionadas das Empresas do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/regulamentos-politicas-corporativas/politica-para-transacoes-com-partes-relacionadas>) e na Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES (disponível no endereço eletrônico <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/outras-politicas-e-regulamentos/politica-genero-diversidade>);



VII. possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão; e



VIII. esteja organizado sob a forma de consórcio.

**2.3.1** Para fins de cumprimento ao disposto no item 2.3 deste Edital, o Licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta ajustada, nos termos do item 4.10 deste Edital, declaração conforme modelo A do Anexo V (Modelos de Declaração).

**2.4** Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos itens a seguir.

**2.4.1** O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006<sup>2</sup> não poderá beneficiar-se da condição de optante.

**2.4.1.1** Na hipótese do item 2.4.1 deste Edital, uma vez celebrado o Contrato, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.4.2** O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado

<sup>1</sup> Este inciso alcança todas as sanções de impedimento de licitar e contratar previstas nos demais dispositivos legais, tais como as decorrentes da Lei nº 9.605/1998, da Lei nº 9.504/1997 e as decorrentes de práticas lesivas à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013

<sup>2</sup> A atividade a que se refere aqui é a licitada.

em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato.

**2.4.2.1** Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.5** No âmbito do presente procedimento licitatório serão observadas as disposições constantes do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**2.6** Os interessados poderão, a seu critério, vistoriar as dependências do BNDES, até o dia anterior à data da abertura da sessão pública, com o objetivo de obter todas as informações relativas ao local e às condições de execução do objeto, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

3

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**3.1** O interessado em participar deste Pregão deverá, até a abertura da sessão pública, cadastrar sua proposta por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal.

**3.2** No âmbito do cadastramento da proposta, o Licitante deverá preencher os campos relativos:



- I. à descrição do objeto ofertado;
  - a. a inclusão, no Portal de Compras do Governo Federal, de qualquer dado que identifique o Licitante e/ou qualquer Consorciado, no campo destinado à descrição do objeto ofertado, acarretará sua desclassificação;



- II. ao valor global ofertado, de acordo com as seguintes orientações:
  - a. devem estar incluídas no referido valor todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado; e
  - b. o valor deverá ser expresso em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais;



- III. à UASG – 201014 e UF – Rio de Janeiro – RJ;



- IV. a quaisquer outras informações/declarações que venham a ser requeridas pelo Portal de Compras do Governo Federal.

V.

**3.3** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

**3.4** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

**3.5** O Licitante poderá retirar ou substituir a proposta inserida no Portal de Compras do Governo Federal até a abertura da sessão pública.

**3.6** O cadastro da proposta no Portal de Compras do Governo Federal implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.

## 4

### SESSÃO PÚBLICA E FASE RECURSAL

**4.1** Na data e no horário definidos no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema, observando-se que a verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

**4.1.1** Sem prejuízo no disposto no item 4.1, será desclassificada a proposta que identifique o Licitante e/ou apresente valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto.



**4.2** As comunicações entre o Pregoeiro e os Licitantes serão realizadas por campo próprio do sistema, cabendo aos Licitantes acompanhar todas as operações realizadas no Portal de Compras do Governo Federal durante a sessão pública, sendo responsáveis pelo ônus decorrente da perda de transações, causada pela inobservância das mensagens e prazos registrados pelo sistema e pelo Pregoeiro, ou por sua desconexão.

**4.3** Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**4.4** Iniciada a etapa de lances, a qual será realizada exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal, deverão ser observadas as seguintes regras:



I. os lances deverão ser formulados considerando o valor global do objeto ofertado;



II. o Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, observando-se o intervalo mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



III. lances simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto, poderão ser excluídos do sistema pelo Pregoeiro;



IV. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;





V. os lances deverão ser formulados considerando-se a necessidade de cumprimento das obrigações previstas neste Edital e em seus Anexos;



VI. durante a sessão pública os Licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do Licitante;



VII. o Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**4.5** No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Portal de Compras do Governo Federal permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.5.1** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o Pregoeiro, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal de Compras do Governo Federal.

**4.6** Considerando o modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos, após a qual o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**4.6.1** Após a etapa de encerramento aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**4.6.2** Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 4.6.1, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**4.6.3** Nos procedimentos de que tratam os itens 4.6.1 e 4.6.2, o Licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance, observando-se que, ao final, os lances serão ordenados e divulgados pelo sistema.

**4.7** Encerrada a etapa de lances, se o melhor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior àquele, proceder-se-á da seguinte forma:



I. o sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada dentre aquelas enquadradas na condição prevista no *caput* deste item 4.7 para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar valor inferior ao melhor lance;



II. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



III. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte mencionada no inciso I deixar de oferecer valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item 4.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



IV. na hipótese de todas as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição do *caput* deste item 4.7 deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública;



V. na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

**4.7.1** O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.7.2.** O Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas, devendo-se observar ainda a restrição constante do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.7.3** O procedimento listado nos incisos do item 4.7 deste Edital será promovido pelo Pregoeiro, observada a ordem classificatória, sempre que o Licitante ofertante do melhor lance for desclassificado, inabilitado ou excluído deste Pregão.

**4.7.4** Na hipótese de o melhor lance ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou na hipótese de o melhor lance não ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e não haver oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

**4.8** Em caso de empate entre propostas serão adotados os critérios de desempate previstos no artigo 55 da Lei nº 13.303/2016.

**4.9** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará a inexistência dos impedimentos previstos no item 2.3, que deverá ser confirmada em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas (tais como: CEIS, CNEP, CNIA e à certidão negativa de licitante inidôneo, emitida pelo TCU), bem como no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e em sistema interno de consulta a impedimentos, e, estando regular a participação do Licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, ressalvadas as hipóteses em que a redução possa comprometer a exequibilidade da proposta final ofertada.

**4.9.1** Para oferta da contraproposta a que se refere o item acima, o Pregoeiro poderá solicitar previamente ao Licitante a apresentação da proposta adequada ao lance final ofertado, nos termos previstos no item 4.10.

**4.9.2** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para que o Licitante ofertante do melhor lance possa avaliar a possibilidade de redução do último valor ofertado.



**4.10** O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado, exclusivamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, conforme modelo constante do **Anexo II (Modelo de Proposta)** deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério do **BNDES**.

**4.10.1** A proposta deverá identificar o Licitante e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

**4.10.2** Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.

**4.10.3** Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

**4.10.4** O Licitante deverá informar, em sua proposta, no campo “Estabelecimentos vinculados à execução contratual (matriz/filial)” do Anexo II (Modelo de Proposta) deste Edital, o(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual.

**4.10.5** Deverá ser anexada à Proposta a Declaração de Inexistência de Impedimentos de Participação prevista no Anexo V deste Edital.

**4.10.6** Deverá ser anexada à Proposta a documentação prevista no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

**4.11** Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

**4.11.1** Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá solicitar a documentação de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

**4.11.2** Caso sejam exigidos documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF, o Pregoeiro deverá solicitar ao Licitante a apresentação das informações necessárias por intermédio do sistema, no prazo de 2 (horas), a contar da respectiva convocação, permitida a prorrogação, a critério do **BNDES**.

**4.11.3** Caso adotado o procedimento previsto no item 4.11.1, a análise definitiva da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

**4.12** Na análise e julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

- I. que possuir vícios insanáveis;
- II. que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;
- III. cujos valores unitários ou/e global forem superiores aos limites estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital; ou
- IV. cujos valores unitários ou/e global forem inexequíveis, observado o disposto no subitem 4.12.1 deste Edital.

**4.12.1** Havendo indícios de inexequibilidade dos valores ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

- I. comprovar a exequibilidade, apresentando justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados; ou
- II. ajustar os valores ofertados, apresentando proposta readequada [tendo como limite máximo o valor global ofertado na proposta] e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

**4.12.2** Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste dos valores ofertados ou de comprovação de sua exequibilidade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica do **BNDES**, a fim de que possa emitir o competente parecer.

**4.13** Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

**4.14** Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no subitem 4.11.1, o Pregoeiro passará à análise de habilitação, observado o procedimento disposto no item 4.11.2.

**4.14.1** Para que seja habilitado, o Licitante deverá atender a todas as exigências abaixo listadas e as previstas no item 4.15 deste Edital:

- I. Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, quando se tratar de sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- II. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade a ser desempenhada pela sociedade assim o exigir;
- III. Instrumento Particular de Mandato (Procuração) com firma reconhecida em cartório ou em conjunto com a cédula de identidade ou documento equivalente do signatário, para fins de conferência da sua assinatura ou digitalmente assinada, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação, nos casos em que o Licitante for representado por Procurador;
- IV. no caso de:

#### SOCIEDADE EMPRESÁRIA

Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;

### SOCIEDADE SIMPLES

Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;

### EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

### MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

### MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, ou qualquer outro documento idôneo que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

- V. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- VI. certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- VII. certidão de Regularidade perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- VIII. certidão negativa de pedido de falência, expedida na sede da pessoa jurídica;

a) Na hipótese de a sede ser situada em outra localidade que não a Capital do Rio de Janeiro, poderá ser exigido do Licitante que apresente a relação dos Cartórios de Distribuição da Comarca que expede a certidão mencionada neste inciso, emitida pelo órgão competente.

IX. Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (= ou > 1), observadas as fórmulas a seguir:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \quad \text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

- a) O Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, para cálculo dos referidos índices.
- b) Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 193.770,49 (cento e noventa e três mil, setecentos e setenta reais e quarenta e nove centavos), ressalvando-se, para atendimento desta exigência, o disposto no item 2.5.8 deste Edital.



**X.** qualificação técnica, relativa às parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;

**4.14.2** Caso o Licitante indique na proposta outro(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual, deverá apresentar, além dos documentos que comprovem a sua própria habilitação, aqueles relativos à habilitação do(s) estabelecimento(s) indicado(s), observando-se que alguns documentos, por sua própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**4.14.2.1** Poderá(ão) ser apresentado(s) em nome de quaisquer de seu(s) estabelecimento(s) o(s) atestado(s) de capacidade técnica exigido(s).

**4.15** O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, notadamente sítios oficiais emissores de certidões.

**4.15.1** As certidões que não possuem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data de sua apresentação.

**4.15.2** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar o Licitante vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério do **BNDES**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação no sistema.

**4.15.3** Caso seja necessária a instauração de diligência para o julgamento da habilitação, os documentos solicitados nesta ocasião deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema, dentro do prazo definido pelo Pregoeiro, que não poderá ser inferior a 2 (duas) horas.

**4.16** Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

**4.17** Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação e verificando-se aceitabilidade da proposta, o Licitante será declarado vencedor do certame, abrindo-se prazo para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão deste direito.



**4.17.1** Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, será concedido, ao Licitante que tenha manifestado tal intenção, o prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentar, pelo Portal de Compras do Governo Federal, as razões recursais, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo para a apresentação das razões recursais.

**4.17.2** A vista dos autos do processo desta licitação referente aos documentos que não estão no sistema do Portal de Compras do Governo Federal deverá ser solicitada à Gerência de Licitações e Contratos 3 do **BNDES**, pelo e-mail [licitacoes@bndes.gov.br](mailto:licitacoes@bndes.gov.br).

**4.17.3** O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Superior, que deverá promover sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**4.17.4** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**4.18** A sessão pública será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer. Não havendo registro de intenção de recurso, o objeto da licitação poderá ser adjudicado ao Licitante vencedor.

## 5 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

**5.1** Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando a licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

**5.2** A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

**5.2.1** Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido aos Licitantes prazo para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**5.2.2** O contraditório prévio mencionado no item acima poderá ser dispensado caso o fato gerador da revogação ou anulação não seja imputado aos Licitantes.

## 6 SANÇÃO ADMINISTRATIVA

**6.1** O Licitante cuja conduta esteja prevista em um dos incisos do artigo 84 da Lei nº 13.303/2016 ficará sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**6.2** Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo punitivo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações do Sistema **BNDES**, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.

**6.3** A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

**6.4** No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

## 7 CONTRATAÇÃO

**7.1** Homologada a licitação, o **BNDES** convocará o vencedor do certame, por e-mail, para apresentar, no prazo definido pelo **BNDES** no momento da convocação:

I. o Contrato assinado preferencialmente de forma digital, mediante certificação digital ICP-Brasil por seu Representante Legal, observada minuta constante do Anexo III (Minuta de Contrato) deste Edital;

**7.2** Será solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

**7.3** Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação dos documentos listados nos itens 7.1 e 7.2 deste Edital, a sessão pública poderá ser retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que atendidos os requisitos de proposta e habilitação, nos termos do item 4.17, para assinatura do contrato, no mesmo prazo e nas mesmas condições propostas, inclusive quanto aos preços, pelo Licitante que deixou de atender a convocação.

**7.3.1** Na hipótese do item acima, deverão ser observadas as disposições relativas à preferência previstas neste Edital.

## 8

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS



**8.1** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até **3 (três)** dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.

**8.1.1** A impugnação deverá ser encaminhada à Gerência de Licitações e Contratos 3 do **BNDES**, pelo e-mail [licitacoes@bndes.gov.br](mailto:licitacoes@bndes.gov.br), devendo ser informado, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico nº 017/2026– **BNDES**).

**8.1.2** Caberá ao Pregoeiro julgar a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

**8.1.3** A ata de julgamento de impugnação será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), para ciência de todos os interessados.

**8.2** O **BNDES** reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo<sup>3</sup> para a apresentação das mesmas.

<sup>3</sup> Art. 38, §2º, do Regulamento – Eventuais modificações no edital serão motivo de nova divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas ou quando o prazo inicial fixado for além do limite mínimo legalmente previsto, sendo que, nesta última hipótese, o novo prazo respeitará os prazos mínimos fixados na legislação. (sem grifo no original)





**8.3** É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a ser registrada em ata, com a finalidade de esclarecer, corrigir ou complementar a instrução do processo, inclusive com a possibilidade de inclusão de documentos necessários para confirmação da compatibilidade da oferta com as exigências do Edital, adotando-se o princípio do formalismo moderado.

**8.4** A qualquer tempo o **BNDES** poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.

**8.5** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses do **BNDES**, bem como à finalidade e à segurança da contratação.

**8.6** Caso exigida tradução de documentos apresentados em língua estrangeira, está se dará na forma livre, facultando-se ao **BNDES** a exigência de tradução juramentada, apostilamento ou consularização do(s) documento(s) como condição para a assinatura do contrato.

**8.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

- I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no **BNDES**.

**8.8** Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:

- I. se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
- II. os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.

**8.9** O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**8.10** Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026.

\_\_\_\_\_  
Lara Godoy dos Santos  
Ferreira Rodrigues  
Gerente AJI/JULIC/GLIC3

\_\_\_\_\_  
Raphael Domingues de Moraes  
Zyngier  
Chefe de Departamento AJI/JULIC

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - BNDES**

### **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **1. Objeto**

- 1.1. Aquisição de quatro equipamentos de segurança para criptografia e proteção de chaves criptográficas (*Hardware Security Module - HSM*), incluindo os serviços de instalação, treinamento, integração e suporte técnico pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme as Especificações Técnicas descritas nesse documento.

#### **2. Requisitos dos Equipamentos**

##### **2.1. Requisitos gerais**

- 2.1.1 Os equipamentos devem ter arquitetura *single box*, ou seja, todas as funcionalidades e requisitos solicitados nestas Especificações Técnicas devem estar contidas em cada equipamento.
- 2.1.1.1 Não serão aceitas soluções em que alguma funcionalidade ou requisito solicitado não esteja disponível em algum equipamento HSM fornecido.
- 2.1.1.2 Não serão aceitas soluções que dependem de recursos externos, tais como placas de criptografia que precisam ser montadas em um servidor de uso geral.
- 2.1.2 Os equipamentos devem ser originais, novos e sem uso, e devem estar em linha de produção pelo fabricante. Devem corresponder aos modelos mais atuais disponíveis, conforme informações devidamente publicadas em sites oficiais do fabricante ou em datasheets. Além disso, é obrigatório que não estejam classificados como “fim de vida” (*End of Life*) e não tenham previsão de descontinuação ou fim de suporte nos próximos 5 (cinco) anos.
- 2.1.2.1 Não serão aceitos equipamentos usados, reformados ou recondicionados, mesmo sendo modelos em linha de produção mais recentes e atuais do fabricante.
- 2.1.3 Os equipamentos devem realizar armazenamento seguro de chaves privadas e tokens e devem possuir mecanismos de segurança física que evidenciem, resistam, detectem e respondam a tentativas de violação do equipamento e seus componentes.

**Elaborado por:**

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

**Revisado por:**

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

- 2.1.3.1 Devem ser *tamper resistant e tamper responsive*, isto é, além de resistir a violação, uma vez detectada a tentativa de violação, todas as chaves armazenadas e dados sensíveis armazenados devem ser apagados imediatamente.
- 2.1.3.2 A detecção e a resposta à violação do equipamento devem ser capazes de agir mesmo com o equipamento desligado (ausência de fonte de energia externa).
- 2.1.4 Os equipamentos devem possuir mecanismo de boot seguro, ou seja, se houver tentativa de alterar a imagem usada no boot, o equipamento não realizará a inicialização do boot com a imagem alterada.
- 2.1.5 Os equipamentos devem atender aos padrões nacionais e internacionais de segurança, devendo ser:
  - 2.1.5.1 Certificados na norma FIPS 140-2 nível 3 ou superior.
  - 2.1.5.2 Homologados pelo INMETRO para garantir que se adequem aos padrões de segurança nacionais.
- 2.1.6 A CONTRATADA deve fornecer os manuais de instalação, configuração, programação, integração, bibliotecas, API e manutenção de todos os componentes dos equipamentos, em português ou inglês.

## 2.2. Algoritmos criptográficos, Chaves e Certificados Digitais

- 2.2.1 Os equipamentos devem implementar os algoritmos criptográficos necessários para aplicações no sistema de pagamentos brasileiro, pix, blockchain, assinatura digital, cofre de senhas e para uso em HTTPS, bem como armazenar as chaves necessárias para execução desses algoritmos. Os equipamentos devem:
  - 2.2.1.1 Executar, no mínimo, Triple-DES (3DES ou TDES) com chaves de 112 e 168 bits, nos modos de operação ECB e CBC.
  - 2.2.1.2 Executar, no mínimo, AES (*Advanced Encryption Standard*) com tamanho de chave 128, 192 e 256 bits, nos modos de operação ECB e CBC.
  - 2.2.1.3 Executar, no mínimo, RSA com tamanho de chaves de 1024, 2048 e 4096 bits.

- 2.2.1.4 Executar, no mínimo, RSA para realizar Assinatura Digital com chaves de tamanho 1024, 2048 e 4096 bits.
- 2.2.1.5 Executar, no mínimo, Diffie-Hellman para estabelecimento de chaves na comunicação remota.
- 2.2.1.6 Executar, no mínimo, ECDSA com tamanho de chaves 128, 160, 192, 256, 384 e 521 bits.
- 2.2.1.7 Executar, no mínimo, o ECDSA secp256r1 e secp256k1.
- 2.2.1.8 Executar, no mínimo, ECDH com tamanho de chaves de 128, 160, 192, 256, 384 e 521 bits.
- 2.2.1.9 Executar, no mínimo, as curvas elípticas seguras de Edwards Ed25519 e Ed448.
- 2.2.1.10 Executar as curvas elípticas do padrão *brainpool*.
- 2.2.1.11 Executar, no mínimo, MD5 (*Message Digest Algorithm 5*), SHA-1 (*Secure Hash Algorithm*), SHA-2 (*Secure Hash Algorithm – 256, 384 e 512 bits*) e SHA-3 (*Secure Hash Algorithm – 224, 256, 384 e 512 bits*).
- 2.2.1.12 Executar, no mínimo, HMAC baseado nos algoritmos de hash SHA1, SHA2 e SHA3.
- 2.2.2 Os equipamentos devem implementar algoritmos criptográficos pós quânticos e armazenar as respectivas chaves. Os equipamentos devem suportar, pelo menos, os seguintes algoritmos pós-quânticos homologados pelo NIST: ML-KEM, ML-DSA e SLH-DSA.
- 2.2.3 Todas as operações criptográficas, tais como, criptografia, descriptografia, cálculo de *hash* e assinatura digital, devem ser realizadas dentro do hardware dedicado do equipamento.
- 2.2.4 Os equipamentos devem ser capazes de gerar chaves privadas e números aleatórios ou pseudoaleatórios.
- 2.2.5 Os equipamentos devem permitir que as chaves sejam configuradas para serem exportadas ou não. Nos casos em que é permitida a exportação, deve ser adotado um formato que permita pelo menos a importação em outros equipamentos do mesmo fabricante, não restrito ao mesmo modelo.
  - 2.2.5.1 A chave mestra poderá ser nativamente não exportável.

- 2.2.6 Os equipamentos devem implementar funcionalidades para gestão de chaves e certificados digitais. Pelo menos as seguintes funcionalidades devem estar disponíveis no caso das chaves configuradas como exportáveis:
- 2.2.6.1 Exportação de chaves simétricas com chave de transporte KEK utilizando, no mínimo, o algoritmo 3DES.
  - 2.2.6.2 Exportação de chaves simétricas com chave de transporte RSA.
  - 2.2.6.3 Exportação de chaves simétricas via recursos de custodiantes, ou seja, deve ser possível a exportação das chaves com os próprios recursos do equipamento que realiza a custódia das chaves, sem a necessidade de utilizar recursos externos.
  - 2.2.6.4 Exportação de Certificate Signing Requests – CSR no padrão PKCS#10.
  - 2.2.6.5 Exportação de chaves no padrão PKCS#12;
  - 2.2.6.6 Importação de chaves simétricas com chave de transporte KEK utilizando, no mínimo, o algoritmo 3DES.
  - 2.2.6.7 Importação de chaves simétricas com chave de transporte RSA.
  - 2.2.6.8 Importação de chaves simétricas via recursos de equipamento, ou seja, deve ser possível a importação das chaves com os próprios recursos do equipamento.
  - 2.2.6.9 Importação de chaves assimétricas RSA em padrão PKCS#1, PKCS#8 e PKCS#12.
  - 2.2.6.10 Importação de chaves assimétricas ECDSA em padrão PKCS#8.
- 2.2.7 Os equipamentos devem possuir esquema de *key splitting*, ou seja, permitir que uma chave seja acessada somente após a autenticação de mais de um usuário. A operação de checagem e liberação do equipamento HSM via *key splitting* deve ser realizada no equipamento HSM, não podendo ser realizada por software externo.

- 2.2.8 Os equipamentos devem possuir esquema de compartilhamento de segredo M de N, ou seja, permitir que uma chave seja dividida em N partes e que o acesso seja condicionado a apresentação de pelo menos M partes. A operação de checagem e liberação para uso do segredo deve ser realizada no equipamento HSM, não podendo ser realizada por software externo.
- 2.2.9 O *key splitting* e o compartilhamento M de N também devem estar disponíveis para a chave mestra.
- 2.2.10 O equipamento deve permitir que as operações de exportar chave, fazer backup da chave, sincronizar chave e apagar chave possam ser feitas por autenticação obrigatória de usuários utilizando o esquema de compartilhamento de segredo M de N ou *key splitting*.
- 2.2.11 Os equipamentos devem realizar operações com certificados digitais de forma geral, tais como gerar CSR (*Certificate Signing Request*), inclusive com certificados no padrão da ICP- Brasil.
- 2.2.12 O equipamento deve permitir a criação e verificação de assinaturas digitais no padrão PKCS#1 v1.5 ou superior.

### 2.3. Requisitos de Alta Disponibilidade, Contingência e Backup

- 2.3.1 Os equipamentos devem possuir mecanismos que permitam a configuração em alta disponibilidade e contingência para recuperação de desastres.
  - 2.3.1.1 Não poderá haver restrição de funcionalidade de algum equipamento decorrente dessas configurações.
- 2.3.2 Os equipamentos devem possuir mecanismos de alta disponibilidade que permitam a comunicação e sincronização dos equipamentos em um mesmo datacenter, de forma que a indisponibilidade de um equipamento não afete a disponibilidade do serviço.
- 2.3.3 Os equipamentos devem possuir mecanismos de contingência que permitam a comunicação e sincronização dos equipamentos entre *data centers* em localidades diferentes, de forma que, na indisponibilidade do *data center* principal, os serviços do HSM continuem funcionando em um datacenter secundário.

- 2.3.4 A sincronização entre os equipamentos deve ocorrer de forma automática, incluindo as chaves privadas, partições ou HSM virtuais, configurações e controle de acesso. Não pode haver interrupção das funcionalidades dos equipamentos enquanto estiver ocorrendo a sincronização.
- 2.3.5 Os equipamentos devem permitir a criação, agendamento e a restauração de *backups*.
  - 2.3.5.1 O processo de backup não pode comprometer o desempenho dos equipamentos.
  - 2.3.5.2 Deve ser suportada a criação e restauração de *backups* de forma segura e criptografada.
  - 2.3.5.3 Deve existir compatibilidade de *backups* de equipamentos do mesmo fabricante, de forma que o backup de um equipamento possa ser restaurado em outro equipamento compatível do mesmo fabricante.

## 2.4. Administração, Logs e Monitoração

- 2.4.1 Os equipamentos devem possuir interface de administração.
  - 2.4.1.1 A interface deve ser preferencialmente web e compatível com os navegadores Microsoft Edge e Google Chrome.
  - 2.4.1.2 Caso os equipamentos não suportem interface web, deve ser oferecida interface por linha de comando (CLI) compatível com Microsoft Windows 11.
  - 2.4.1.3 A interface deve ser acessada através de canal seguro e criptografado e que permita realizar toda a configuração do equipamento.
- 2.4.2 O equipamento poderá ser configurado via console local ou via interface de rede.
- 2.4.3 O acesso à interface de administração dos equipamentos deve ser condicionado a autenticação de 2 fatores.
  - 2.4.3.1 Um fator deve ser usuário e senha.
  - 2.4.3.2 O outro fator deve ser um dispositivo de autenticação ou um *one-time password* (OTP).

- 2.4.4 Caso utilizados, os dispositivos de autenticação podem ser *token* USB, *smart card*, *PIN Entry Device* (PED) ou outro que ofereça nível de segurança equivalente.
- 2.4.4.1 Os dispositivos devem ser compatíveis com interface USB ou possuírem adaptador e leitor para uso através da interface USB.
- 2.4.4.2 Quando aplicável, os dispositivos devem permitir a utilização de um PIN (*Personal Identification Number*) para sua utilização.
- 2.4.4.3 A CONTRATADA deve fornecer pelo menos 24 dispositivos e, caso necessário, a mesma quantidade de adaptadores necessários para o seu uso através de interface USB.
- 2.4.4.4 Um mesmo dispositivo deve permitir a autenticação em todos os equipamentos HSM.
- 2.4.5 A interface de administração deve permitir a criação de usuários com perfis de acesso distintos, de forma que seja possível criar usuários para administração do equipamento, consulta de logs e configurações, e uso de chaves específicas e demais funcionalidades do equipamento.
- 2.4.5.1 Deve ser possível configurar as chaves que cada usuário está habilitado a utilizar.
- 2.4.6 A interface de administração deve permitir a criação de partições e/ou HSM virtuais, de forma a segregar as configurações e as chaves em compartimentos isolados do HSM.
- 2.4.6.1 Deve ser possível utilizar cada partição/HSM virtual para um propósito específico, sem que uma interfira na outra.
- 2.4.6.2 Deve ser possível utilizar as partições/HSM virtuais para separar as chaves privadas destinadas a Desenvolvimento, Homologação e Produção do BNDES.
- 2.4.6.3 As partições/HSM virtuais devem garantir a separação do armazenamento das chaves privadas, de tal forma que não seja permitido que, de uma partição/HSM virtual, seja acessada uma chave privada armazenada em outra partição/HSM virtual.



- 2.4.7 A interface de administração deve permitir a monitoração dos equipamentos, permitindo visualizar, pelo menos, memórias, nível de bateria, CPU, sessões ativas e controladora de discos (se houver).
- 2.4.8 Os equipamentos devem permitir a monitoração e diagnóstico de eventos por protocolo SNMPv2 ou superior, de forma que possa ser possível identificar falhas no equipamento, necessidade de manutenção e degradação de desempenho.
- 2.4.9 Os equipamentos devem permitir a sincronização de tempo via protocolo NTP.
- 2.4.10 Os equipamentos devem ter a capacidade de gerar logs para acessos autorizados e bloqueados, erros, falhas de funcionamento de *software* e *hardware*, comandos executados e processados.
  - 2.4.10.1 O registro de log deve identificar o horário, usuário, o ip de rede e a atividade realizada, incluindo o uso de qualquer chave privada armazenada no equipamento.
  - 2.4.10.2 O equipamento deve suportar envio dos logs para servidores externos de log no padrão *syslog* e a exportação dos logs em formato de arquivo texto.

## 2.5. Desempenho e Capacidade

- 2.5.1 Cada equipamento deve conseguir executar no mínimo 2500 operações criptográficas por segundo utilizando os algoritmos RSA 2048 bits e o de curvas elípticas.
  - 2.5.1.1 Os equipamentos não podem ter o desempenho de nenhuma de suas funcionalidades comprometido enquanto estiver realizando operações criptográficas dentro dos limites de capacidade especificados pelo fabricante para o modelo do equipamento fornecido.

- 2.5.2 Cada equipamento deve suportar pelo menos 20 (vinte) partições ou HSMs virtuais.

## 2.6. Requisitos Elétricos

- 2.6.1 A Contratada deve fornecer todos os cabos elétricos necessários para o funcionamento do equipamento tanto de forma isolada como operando em alta disponibilidade e contingência com outro(s) equipamento(s).
- 2.6.2 A Contratada deve fornecer, no mínimo, 2 (duas) fontes de alimentação no esquema de configuração de redundância elétrica “2N”, ou seja, “N” fontes devem suportar o pleno funcionamento de todo os equipamentos e seus componentes.
- 2.6.2.1 As fontes de alimentação devem operar com tensão de entrada de 220 Volts, corrente alternada (AC), bifásica e frequência de 60Hz.
- 2.6.2.2 As fontes devem permitir a troca e chaveamento em modo quente (*hot-swap*).
- 2.6.3 Os equipamentos devem possuir:
- 2.6.3.1 Cabos de alimentação elétrica C13 / C14 – 250V – 10 A ou C19 / C20 – 250 V – 16 A – 2,0 metros de comprimento – Normas IEC 60320
- 2.6.3.2 Ponto de conexão exclusiva para o cabo de referência de aterramento.

## 2.7. Requisitos Físicos

- 2.7.1 Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces de rede Ethernet, 10/100/1000 Mbps RJ45 UTP.
- 2.7.2 Ser compatível com racks de 19” de largura (padrão EIA/ECA-310-E).
- 2.7.3 Ocupar até 2U de altura (1U = 44,45 mm, norma EIA/ECA-310-E).
- 2.7.4 A Contratada deve fornecer garras ou braços organizadores de cabos de rack para os cabos fornecidos junto aos equipamentos HSM.
- 2.7.5 A Contratada deve fornecer, caso necessário, os trilhos de deslizamento, cabos de alimentação elétrica e demais acessórios necessários à montagem padrão da configuração em *rack*.

## 2.8. Requisitos de Climatização

- 2.8.1 Possuir ventilação adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento e seus componentes, todos em pleno funcionamento, e dentro dos limites de temperatura adequados para operação.
- 2.8.2 Os equipamentos devem ser capazes de operar dentro das seguintes condições e características:
  - 2.8.2.1 Temperatura entre 18°C e 32°C.
  - 2.8.2.2 Umidade relativa do ar de 20% a 85%.

## 2.9. Requisitos de Integração

- 2.9.1 Os equipamentos devem possuir API que permita o uso remoto das suas operações criptográficas pelas aplicações do BNDES.
  - 2.9.1.1 Suportar, no mínimo, a pilha de comunicação TCP/IP para realizar as operações que necessitem de comunicação remota com o equipamento.
- 2.9.2 A API deve permitir o uso de autenticação mútua através de algoritmos seguros e certificados digitais, de forma que tanto a aplicação quanto o HSM realizem autenticação das partes antes de iniciar uma operação criptográfica.
- 2.9.3 A API deve ser compatível com os sistemas operacionais Windows e Linux de 32 e 64 bits.
- 2.9.4 A API deve suportar os seguintes protocolos:
  - 2.9.4.1 PKCS#11 - OASIS PKCS 11 Technical Committee Cryptoki - Cryptographic Token Interface.
  - 2.9.4.2 Microsoft CryptoAPI (CAPI) ou Cryptography Next Generation (CNG).
  - 2.9.4.3 Engine Cryptographic module Support do OpenSSL Engine.
  - 2.9.4.4 Java Cryptography Architecture (JCA) e Java Cryptography Extension (JCE).
- 2.9.5 Caso o equipamento tenha suporte a *Key Management Interoperability Protocol* (KMIP), a API deve preferencialmente suportar a versão 1.4 ou superior do protocolo.

**2.9.6** A CONTRATADA deve fornecer, sem custo adicional, todos os *softwares* e manuais necessários para interagir e fazer chamadas às APIs disponibilizadas pelo equipamento, incluindo os *Software Development Kits* (SDK).

### 3. Requisitos do Serviço de Instalação

3.1. A instalação e configuração dos equipamentos devem ser realizadas presencialmente nos *data centers* do BNDES, conforme endereços e quantidades definidas na tabela a seguir.

<i>Data center</i>	Endereço	Quantidade
DC1 - EDSERJ	Edifício de Serviços do BNDES, Avenida República do Chile 100, Centro - CEP: 20031-917 - Rio de Janeiro – RJ	2
DC2 – Datacenter alternativo	TIVIT RIO, Estrada dos Bandeirantes, 10.916, Vargem Pequena – Jacarepaguá - CEP: 22783-111 Rio de Janeiro - RJ	2

3.1.1 Durante a vigência do CONTRATO, o BNDES poderá alterar, sem ônus adicional, o endereço de seus datacenters dentro do mesmo município, inclusive o endereço de entrega, sem prejuízo aos serviços de suporte técnico, entregas, instalação ou integração prestados pela CONTRATADA.

3.2. A execução do serviço de instalação em cada *data center* deve ser agendada e autorizada pelo GESTOR DO CONTRATO.

3.2.1 A critério do BNDES algumas atividades do serviço de instalação deverão ocorrer em finais de semana, feriados ou em dias úteis fora do horário compreendido entre 9:00 e 20:00 horas, com vistas a minimizar o impacto à disponibilidade dos sistemas e do ambiente de Tecnologia da Informação do BNDES.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar ao BNDES o planejamento da instalação e configuração dos equipamentos, que deve conter, pelo menos, as seguintes informações:

- Atividades a serem realizadas;
- Ordem de execução das atividades;
- Recursos de *hardware* e *software* que serão utilizados;
- Procedimentos de testes que serão realizados para atestar o correto funcionamento da solução; e demais informações requeridas pelo BNDES.

3.4. O serviço de instalação compreende, pelo menos, as seguintes atividades, que são de responsabilidade da CONTRATADA:

- 3.4.1 Movimentação dos equipamentos e seus componentes até os locais definitivos designados pelo BNDES, bem como a remoção das embalagens dos equipamentos e de seus componentes.
- 3.4.2 Montagem e instalação completas dos equipamentos e seus componentes nos locais designados pelo BNDES, de acordo com os padrões vigentes nestes locais.
  - 3.4.2.1 Caso o transporte dos equipamentos e seus componentes seja feito em contato com o piso elevado, a CONTRATADA deverá providenciar proteção adequada para o piso em toda a extensão por onde os componentes passarão.
- 3.4.3 Conexão dos cabos necessários ao pleno funcionamento da solução e à comunicação dos comutadores da rede local (LAN) com a solução, de acordo com a topologia definida pelo BNDES.
- 3.4.4 Identificação dos equipamentos, componentes instalados e das conexões feitas nos equipamentos.
- 3.4.5 Configuração da solução e atualização para última versão recomendada pelo fabricante da BIOS, firmware, drivers e softwares que compõem a solução.
- 3.4.6 Ativação e configuração das API que serão usadas pelos sistemas do BNDES para acessar as funcionalidades do HSM.
- 3.4.7 Configuração das partições do equipamento ou HSM virtuais para separação das chaves privadas.
- 3.4.8 Configuração da solução em *cluster*, habilitando a comunicação entre os equipamentos e a sincronização das chaves criptográficas.
- 3.4.9 Configuração dos recursos de trilha de auditoria (*logs*) dos equipamentos, assegurando a rastreabilidade das atividades.
- 3.4.10 Configuração dos acessos via *smart cards* fornecidos, caso seja utilizado.
- 3.4.11 Realização dos testes necessários para confirmar que a instalação e configuração foram bem-sucedidas e que a solução está em pleno funcionamento de acordo com os termos definidos pelo BNDES.

Elaborado por:

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

Revisado por:

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

- 3.5. As instalações elétricas deverão atender às normas NBR aplicáveis. Os plugs de tomada deverão ser compatíveis com os padrões de tomadas elétricas já instaladas nos datacenters do BNDES e em sites remotos. Eventuais adaptações em plugs ou cabos dos equipamentos, bem como em tomadas existentes nos locais de instalação, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para o BNDES.
- 3.6. A CONTRATADA deve fornecer o cabeamento necessário para conectar os equipamentos.
- 3.7. Caso necessário, para garantia do fluxo de ar exclusivo através dos equipamentos, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA placas metálicas, anteparos e outros dispositivos no padrão do rack, que promovam o bloqueio de "fugas" do fluxo de ar e isolamento térmica entre as partes frontal e traseira do rack.
- 3.8. Os serviços realizados pela CONTRATADA poderão ser vistoriados a qualquer tempo pelo BNDES. Cabe à CONTRATADA realizar os ajustes demandados pelo BNDES a fim de adequar o serviço prestado às especificações presentes neste documento e aos padrões vigentes nos *datacenters* do BNDES.
- 3.9. Antes dos equipamentos entrarem em produção, a CONTRATADA deverá realizar testes de funcionamento da alimentação, da redundância elétrica e da fonte redundante dos equipamentos.
- 3.10. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os equipamentos estejam com todas as funcionalidades e recursos de *hardware* e *softwares* configurados, disponíveis e prontos para a operação, incluindo as configurações de acesso, redundância e particionamento.
- 3.11. A CONTRATADA deverá reparar qualquer dano eventualmente causado às instalações e equipamentos do BNDES e de terceiros em decorrência da prestação do serviço.
- 3.12. Concluído o serviço de instalação e configuração, a CONTRATADA deverá apresentar documentação completa sobre o serviço de instalação realizado, no idioma português do Brasil ou inglês, incluindo as seguintes informações:
- 3.12.1 O processo de instalação e configuração realizado nos equipamentos e seus componentes de hardware e software.

3.12.2 Demais processos relevantes realizados durante a instalação e configuração dos equipamentos e seus componentes de hardware e software.

3.12.3 Inventário de todos os equipamentos instalados, informando para cada equipamento o bastidor (rack) no qual foi instalado, o modelo e o número de série do equipamento e os cabos aos quais foi conectado e demais informações solicitadas pelo BNDES.

#### **4. Vistoria Opcional**

4.1. É facultado às empresas interessadas vistoriar as instalações do BNDES, mencionadas na Seção 3, com o objetivo de avaliar as condições de execução dos serviços no local e esclarecer dúvidas inerentes ao objeto deste certame, visando uma adequada formulação da proposta.

4.2. As vistorias poderão ser realizadas em dias úteis, das 10:00 às 18:00 horas, e deverão ser agendadas por mensagens de correio eletrônico enviada para o endereço [licitacoes.infra@bndes.gov.br](mailto:licitacoes.infra@bndes.gov.br) com antecedência mínima de 2 dias úteis. As vistorias poderão ser realizadas até 2 (dois) dias úteis antes da realização da sessão de licitação.

4.3. Na vistoria, deverão ser analisados, minimamente, os seguintes quesitos:

4.3.1 A viabilidade e forma de transporte dos equipamentos para o CPD e para o local, dentro do CPD, designado para a instalação.

4.3.2 A viabilidade e forma de uso da infraestrutura elétrica já existente no local designado do CPD para instalação dos equipamentos, tal como: a quantidade e tipo de plugs, de tomadas, de disjuntores e de cabos, a disponibilidade de circuitos elétricos bifásicos, a tensão elétrica (220V) e as demais características técnicas necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos.

4.3.3 A viabilidade e forma de uso da infraestrutura de cabeamento estruturado já existente no local designado do CPD para instalação dos equipamentos, tal como: compatibilidade e existência da infraestrutura para conectar o(s) equipamento(s) e as demais características técnicas necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos.

- 4.3.4 A viabilidade e forma de posicionar as saídas de ventilação do(s) equipamento(s) de forma a respeitar o conceito de corredor quente e corredor frio do CPD.
- 4.3.5 A viabilidade e forma de instalação do subsistema no espaço físico designado pelo BNDES no CPD.
- 4.4. O porte e utilização de qualquer equipamento eventualmente necessário para as análises dos quesitos técnicos durante a vistoria devem ser previamente autorizados pelo BNDES ou por profissional por ele designado.
- 4.5. Durante a vistoria:
  - 4.5.1 Não será permitido o porte de imãs, de aparelhos que gerem campos eletromagnéticos, de aparelhos de comunicação de voz e de dados de qualquer tipo, de alimentos, de bebidas e de materiais para fumantes.
  - 4.5.2 Fotos serão permitidas caso não venham a comprometer a segurança do ambiente e só com aprovação prévia pelo BNDES.
  - 4.5.3 As empresas interessadas serão acompanhadas por um membro da equipe técnica do BNDES.
- 4.6. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a empresa interessada julgar necessárias para a elaboração de sua Proposta de Preços, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos necessários para o total conhecimento de todas as particularidades dos serviços, não sendo aceitas, para efeitos legais, posteriores alegações de desconhecimento das condições de execução do objeto, decorrente de erros ou imperícias no levantamento realizado.
- 4.7. Na vistoria as empresas interessadas podem verificar as condições e o grau de complexidade para realização dos serviços, podendo ser efetuados os exames e as medições necessárias. Em nenhuma hipótese o LICITANTE poderá alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto e integral execução contratual nos termos previstos nestas especificações técnicas.

## **5. Requisitos do Serviço de Treinamento**

- 5.1. O serviço de treinamento compreende o repasse de conhecimentos sobre a instalação, configuração, operação e integração dos equipamentos e *softwares*



associados, bem como os demais conhecimentos que sejam necessários à plena operação e gerenciamento dos equipamentos pelo BNDES.

5.2. A execução do serviço de treinamento deve ser agendada e autorizada pelo GESTOR DO CONTRATO.

5.2.1 O treinamento deverá ser ministrado de segunda a sexta-feira, em dias úteis, considerando-se apenas os feriados nacionais, realizado de forma remota ou presencial, a critério do BNDES.

5.2.2 O treinamento será realizado em duas turmas, cada uma com pelo menos 20 horas e participação de até oito pessoas. Uma turma será no período da manhã, das 9:00 às 13:00 horas, e outra no período da tarde, das 15:00 às 19:00 horas.

5.2.3 Caso, a critério do BNDES, seja presencial, deverá ser realizado no EDSERJ, cujo endereço completo consta no item 3.1. Nesta hipótese, será fornecido o espaço físico com projetor e infraestrutura para conexão à internet, cabendo à CONTRATADA a disponibilização de todos os demais recursos necessários, sem ônus adicional para o BNDES.

5.2.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar o cronograma do curso com a descrição dos assuntos que serão abordados em cada dia. Caso sejam solicitadas alterações pelo BNDES ou inclusões de assuntos no cronograma do curso, a CONTRATADA deverá adaptar o planejamento.

5.2.5 A carga horária do treinamento deverá ser distribuída de forma proporcional entre os dias disponíveis para a conclusão do serviço de treinamento, conforme seção 5.2.2.

5.3. O treinamento deverá ser ministrado no idioma português do Brasil e contemplar todo o conteúdo programático dos treinamentos oficiais do fabricante dos equipamentos, e abordar, no mínimo, os seguintes assuntos:

5.3.1 Conceitos fundamentais.

5.3.2 Funcionalidades e casos de uso.

5.3.3 Arquiteturas de implantação.

5.3.4 Configuração, operação e administração dos equipamentos, com atividades *hands-on*.

Elaborado por:

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

Revisado por:

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

- 5.3.5 Integração, incluindo apresentação das formas de integração, arquitetura e conhecimentos básicos sobre os protocolos, *kits de desenvolvimento*, API, *engine*, *ksp*, *csp*, *provider* e DLL.
- 5.3.6 Resolução de problemas (*troubleshooting*) nos equipamentos e nas integrações, com atividades *hands-on*.
- 5.4. As atividades *hands-on* também poderão ser realizadas em ambiente virtualizado fornecido pela CONTRATADA.
  - 5.4.1 Os equipamentos adquiridos pelo BNDES não poderão ser utilizados para realização dos treinamentos, cabendo à contratada fornecer equipamentos ou ambientes virtualizados necessários à execução do serviço de treinamento.
- 5.5. A CONTRATADA deverá providenciar todos os recursos necessários à execução do serviço de treinamento, inclusive equipamentos para atividades *hands-on*, bem como arcar com todas as despesas decorrentes da prestação deste serviço, tais como deslocamento, hospedagem e alimentação de seus profissionais.
- 5.6. A CONTRATADA deverá fornecer material didático oficial do fabricante dos equipamentos de HSM ou, a critério do BNDES, material didático não oficial previamente aprovado pelo BNDES, em português ou inglês, para todos os profissionais do BNDES que participarem do treinamento.
- 5.7. Após o fim do treinamento, o BNDES irá realizar uma pesquisa entre os empregados que participaram do treinamento para medir o índice de satisfação, conhecimento do instrutor e completude do treinamento.
  - 5.7.1 Caso o índice de satisfação seja abaixo de 70%, o BNDES poderá solicitar a realização de novo treinamento, sem ônus adicional.
  - 5.7.2 Caso o conhecimento do instrutor seja insuficiente, o BNDES poderá solicitar a realização de novo treinamento com outro instrutor, sem ônus adicional.
  - 5.7.3 Caso o treinamento seja incompleto, o BNDES poderá solicitar a realização de treinamento complementar com os assuntos que não foram abordados, sem ônus adicional.

## 6. Requisitos para o Serviço de Integração

- 6.1. O Serviço de Integração consiste na integração das seguintes aplicações utilizadas pelo BNDES:
- 6.1.1 SPB: O BNDES utiliza o software JD Cabine de Comando SPB, da empresa JD Consultores, como solução para operação *on premises* do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). A integração com o SPB consiste na disponibilização de DLLs e serviços para que esse software realize as operações no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) utilizando o equipamento HSM.
- 6.1.2 *Blockchain*: O BNDES utiliza o software *Besu Ethereum Client*<sup>1</sup> como solução para operação da Rede Brasileira de Blockchains (RBB). A integração com a RBB consiste na disponibilização de um *security module plugin* para que o *Besu Ethereum Client* realize as operações utilizando o equipamento HSM. O plugin deve possuir parâmetros de configuração, de forma que cada instância do Besu Ethereum Client possa fazer referência a uma chave privada própria, possibilitando a utilização de um mesmo equipamento HSM para a operação de várias instâncias simultaneamente.
- 6.2. A execução do serviço de integração do SPB e Blockchain deve ser demandada pelo GESTOR DO CONTRATO e tem prazo para execução de 3 meses após o início do serviço.
- 6.3. A CONTRATADA deve preferencialmente utilizar os recursos nativos dos equipamentos para as integrações.
- 6.4. A CONTRATADA pode fornecer módulos adicionais do HSM, fornecer middleware de integração e/ou desenvolver os serviços para viabilizar a integração.
- 6.4.1 Todos os componentes utilizados devem ser instalados e configurados no ambiente do BNDES (*on premises*). Não serão aceitas soluções que, para o funcionamento, dependem de nuvem, da infraestrutura da CONTRATADA ou de chaves de ativação.
- 6.4.2 Todos os componentes utilizados devem estar licenciados para uso irrestrito pelo BNDES no contexto da integração, atendendo as funcionalidades pretendidas, sem ônus adicional para o BNDES.

---

<sup>1</sup> <https://besu.hyperledger.org>

**Elaborado por:**

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

**Revisado por:**

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

- 6.4.3 Nos casos em que é necessário implantar um middleware ou desenvolver os serviços, a CONTRATADA deve combinar a arquitetura da solução com o GESTOR DO CONTRATO.
- 6.4.4 A CONTRATADA deve utilizar componentes e linguagens utilizadas pelo BNDES, tais como Java. A solução deve funcionar em ambiente Windows Server ou RedHat Enterprise Linux.
- 6.5. As integrações devem atender aos mesmos requisitos de disponibilidade e contingência dos equipamentos.
- 6.6. A CONTRATADA deve disponibilizar, em seu ambiente, um equipamento compatível com o do BNDES para construção das integrações. Não será permitido desenvolver a integração utilizando os equipamentos do BNDES.
- 6.7. A CONTRATADA deve documentar pelo menos a arquitetura da solução e modo de funcionamento. A CONTRATADA também deve fornecer um manual de uso. Caso demandado pelo BNDES, a CONTRATADA deve incluir informações adicionais na documentação.
- 6.8. A CONTRATADA deve realizar todos os testes necessários ao pleno funcionamento das integrações.
- 6.8.1 Cabe exclusivamente ao BNDES avaliar e aprovar as integrações, bem como atestar o recebimento do serviço nos termos acordados.
- 6.8.2 Caso sejam identificados problemas na integração, a CONTRATADA deve providenciar a correção, sem ônus para o BNDES.
- 6.9. Uma vez implantadas, as integrações devem ser incluídas no escopo do serviço de suporte técnico, detalhado na Seção 7.

## **7. Requisitos do Serviço de Suporte Técnico**

- 7.1. O serviço de Suporte Técnico consiste na manutenção dos equipamentos, resolução de problemas, resposta a dúvidas e apoio em atividades de configuração, integração, operação e administração da solução, bem como quaisquer outras atividades necessárias ao pleno funcionamento da solução nos termos especificados neste documento, sem qualquer ônus adicional para o BNDES. O serviço de Suporte Técnico também inclui o direito de atualização de todos os componentes durante a vigência do contrato.

- 7.2. O regime de prestação do serviço de garantia e suporte técnico é 24 horas por dia, sete dias na semana (24x7), inclusive aos feriados e finais de semana. O serviço será prestado majoritariamente de forma remota. Mas devido às características inerentes a esse tipo de serviço, caso seja necessário e demandado pelo BNDES, o serviço deverá ser prestado presencialmente nas dependências do BNDES.
- 7.3. A CONTRATADA deve disponibilizar portal e atendimento telefônico para a abertura e acompanhamento de chamados no regime 24x7, bem como permitir a abertura de chamados por e-mail, sem qualquer ônus adicional para o BNDES.
- 7.3.1 Alterações e atualizações nos chamados devem ser informadas ao BNDES por meio de *e-mail* automatizado.
- 7.3.2 A CONTRATADA deve atuar de forma preventiva para evitar a abertura de chamados técnicos em quantidades superiores aos níveis de serviço estabelecidos na Seção 8.
- 7.4. O serviço deve permitir que os itens de *software* que compõem a solução recebam todas as atualizações e correções publicadas ao longo de sua validade, inclusive os decorrentes da integração. São considerados itens de *software* inclusive os *firmwares* e *drivers* que compõem os equipamentos, bem como qualquer outro componente de *software* que seja necessário ao seu pleno funcionamento e ao funcionamento das integrações, de acordo com os requisitos estabelecidos neste documento.
- 7.5. A CONTRATADA deve comunicar o BNDES via correio eletrônico sempre que uma nova atualização ou correção de *software* for lançada. A instalação e aplicação de atualizações e correções deve ser precedida de autorização do BNDES. Após a autorização, a CONTRATADA deve implementar as atualizações e correções respectivas dentro dos prazos e janelas de tempo definidos pelo BNDES. O BNDES pode, a seu critério e sob a orientação da CONTRATADA realizar as atualizações e correções que julgar pertinente, devendo a CONTRATADA prestar todo suporte necessário.
- 7.6. O serviço de suporte técnico deve fornecer acesso à base de conhecimento e a fóruns de solução no site do(s) fabricante(s) dos componentes de *hardware* e *software* necessários ao funcionamento dos equipamentos, bem como suporte direto do(s) fabricante(s), com a possibilidade de abertura de chamados para resolução de problemas.

- 7.7. O serviço de suporte técnico inclui as manutenções preventivas e corretivas, sejam elas remotas ou presenciais, bem como a garantia de todo *hardware* dos equipamentos, incluindo eventuais substituições de equipamentos, peças e demais componentes necessários ao seu pleno funcionamento. Todos os eventuais erros ou falhas identificados como decorrentes do funcionamento de toda solução devem ser corrigidos pela CONTRATADA sem ônus adicional para o BNDES.
- 7.7.1 Estão compreendidos na manutenção preventiva os serviços de manutenção previamente agendados com o BNDES e prestados antes que o(s) equipamento(s) apresente(m) algum problema, falha, indisponibilidade ou redução de desempenho.
- 7.7.2 Estão compreendidos na manutenção corretiva os serviços de manutenção prestados após a abertura de chamado pelo BNDES para corrigir algum problema, falha, indisponibilidade ou redução de desempenho do(s) equipamento(s).
- 7.7.3 As manutenções corretivas e preventivas do equipamento deverão ser realizadas de acordo com os manuais técnicos e recomendações e melhores práticas do fabricante.
- 7.7.4 A manutenção preventiva deverá ser realizada em dias e horários previamente agendados com o BNDES, podendo ocorrer em fins de semana e feriados, a critério do BNDES. Serviços que demandarem a interrupção do funcionamento do(s) equipamento(s) deverão ser agendados com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- 7.7.5 A manutenção preventiva deve ser realizada, no mínimo, a cada 3 meses, devendo a CONTRATADA emitir um relatório contendo todas as ações de manutenção realizadas.
- 7.8. A CONTRATADA deve monitorar ativamente os equipamentos, bem como os *softwares* que o compõem, e identificar possíveis falhas ou riscos de falha na solução, e atuar proativa e preventivamente para assegurar que potenciais falhas e *bugs* sejam sanados antes da ocorrência, sempre que possível.
- 7.9. Quando necessária a substituição ou troca de equipamentos ou seus componentes, deve-se garantir que as chaves armazenadas serão apagadas antes da efetiva troca, de modo que não possam ser reestabelecidas por meio de técnicas forenses. Além disso, os equipamentos e componentes substitutos devem, cumulativamente:

- 7.9.1 Ser originais, novos e sem uso.
- 7.9.2 Estar cobertos por garantia, pelo menos, durante todo o período de prestação dos serviços.
- 7.9.3 Ser de qualidade e desempenho, pelo menos, igual ao do substituído.
- 7.9.4 Ser compatíveis com todos os demais componentes da solução, de modo a assegurar o seu pleno funcionamento.

7.10. A CONTRATADA deverá arcar com todas as custas e despesas decorrentes da prestação do serviço de garantia e suporte técnico, inclusive aquelas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem de seus profissionais, sem qualquer ônus adicional para o BNDES.

## 8. Níveis Mínimos de Serviço do Suporte Técnico

- 8.1. A CONTRATADA deve garantir os níveis mínimos de serviço de acordo com as severidades e prazos definidos nessa seção, os quais serão apurados mensalmente pelo BNDES com apoio da CONTRATADA durante o prazo de vigência do serviço de garantia e suporte técnico.
- 8.2. Os chamados serão classificados pelo BNDES no momento de sua abertura, considerando as severidades descritas na tabela a seguir:

Severidade	Descrição
<b>Crítica</b>	Falha crítica ou grave (ou risco iminente) que comprometa o funcionamento do equipamento ou software incorrendo, por exemplo, em: <ul style="list-style-type: none"><li>• Indisponibilidade total do serviço ou ambiente;</li><li>• Desempenho muito abaixo do usual que impossibilite o uso razoável do equipamento; ou</li><li>• Software ou componente indisponível ou com funcionamento comprometido.</li></ul>
<b>Alta</b>	Falha que comprometa o funcionamento do equipamento, software ou componente incorrendo, por exemplo, em: <ul style="list-style-type: none"><li>• Falha de componente redundante crítico;</li><li>• Impacto moderado no ambiente; ou</li><li>• Desempenho abaixo do esperado.</li></ul>

<b>Média</b>	Problemas com solução de contorno disponível e que pouco impactam o uso ou o desempenho do equipamento ou software, por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> <li>Falha em canal de comunicação redundante que não impacte a utilização dos equipamentos ou softwares; e</li> <li>Problemas que criam algumas restrições à operação do sistema.</li> </ul>
<b>Baixa</b>	Demais assuntos sem impactos ao uso e operação do equipamento ou software, incluindo serviços de configuração, resolução de dúvidas e informações adicionais.

8.2.1 A CONTRATADA deve seguir a classificação inicial realizada pelo BNDES. No decorrer do seu ciclo de vida, ou seja, até a sua resolução, o chamado poderá sofrer reclassificação pelo BNDES quanto à sua severidade no processo de diagnóstico.

8.2.2 A CONTRATADA poderá pleitear a reclassificação com base em evidências técnicas que justifiquem esta alteração, que deverão ser analisadas e aprovadas ou não pela equipe técnica do BNDES.

8.3. A CONTRATADA deve garantir os Níveis Mínimos de Serviço de acordo com a severidade do chamado, contados a partir da abertura do chamado pelo técnico do BNDES, conforme definidos na tabela a seguir:

Severidade	Regime	Prazo para atendimento	Prazo para solução	Limite anual de ocorrência
<b>Crítica</b>	24x7	30 minutos	4 horas	2
<b>Alta</b>	24x7	1 hora	8 horas	6
<b>Média</b>	11x5	4 horas	1 dia	-
<b>Baixa</b>	11x5	1 dia	5 dias	-

8.3.1 Os prazos em regime 24x7 são contabilizados de forma contínua, independente do horário, dia da semana ou feriado. Já os prazos em regime 11x5 são contabilizados apenas em dia úteis (considerando apenas os feriados nacionais), das 9h às 20h (horário de Brasília).

8.3.2 O prazo para atendimento corresponde ao tempo decorrido entre a abertura do chamado e o efetivo início do atendimento por um técnico da CONTRATADA. Considera-se iniciado o atendimento quando o técnico da CONTRATADA der início às ações de diagnóstico ou resolução do problema.



Não será considerado início de atendimento o simples registro de ciência do chamado pela CONTRATADA ou a mera designação de um técnico responsável, sem que haja efetiva atuação na resolução do chamado.

8.3.3 O prazo para solução corresponde ao tempo decorrido entre a abertura e a resolução do chamado, com o reestabelecimento completo do recurso ou funcionalidade da solução ou a implementação de uma solução de contorno que seja formalmente aceita pelo BNDES.

8.3.4 O intervalo de tempo em que o chamado técnico ficar dependendo exclusivamente de ações do BNDES, tais como alocação de colaborador para acompanhamento do procedimento ou fornecimento de informações, não será considerado no tempo de resolução do chamado para efeito de avaliação dos níveis de serviço.

8.3.5 O tempo necessário ao recebimento das peças de reposição não será descontado do tempo para resolução do chamado, para efeito de avaliação dos níveis de serviço.

8.3.6 Os limites anuais se referem ao número máximo de ocorrências toleráveis pelo BNDES.

8.4. A CONTRATADA deve apresentar relatório mensal contendo as informações necessárias para apuração dos níveis de serviço, até o 5º dia útil do mês seguinte à prestação do serviço.

8.5. O relatório deve incluir as seguintes informações para todos os chamados que foram abertos no mês e todos os chamados abertos em meses anteriores que possuem pendência para a resolução:

- Número identificador;
- Severidade;
- Data e hora de abertura, início de atendimento e resolução;
- Tempo para início do atendimento e resolução;
- Descrição do problema ou da demanda que ocasionou a abertura do chamado;
- Providências adotadas pela CONTRATADA;
- Indicação de se o chamado violou os acordos de níveis de serviço e, em caso afirmativo, em quanto tempo.

8.5.1 O relatório deve incluir a lista de ações realizadas para manutenção preventiva dos equipamentos realizada no período.

8.5.2 O relatório deverá apresentar a quantidade de chamados abertos no decorrer do ano contratual, discriminados pela sua severidade.

8.5.3 O recebimento do relatório será um dos requisitos para ateste do pagamento mensal.

8.6. Caso haja o descumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos nesta seção, a CONTRATADA estará sujeita aos ajustes de pagamento definidos na Seção 12.

## **9. Condições Gerais**

9.1. O BNDES não fornecerá equipamentos, como, por exemplo, microcomputadores, notebooks e periféricos ao pessoal da CONTRATADA. Cabe à CONTRATADA fornecer ao seu pessoal todos os equipamentos necessários à execução do CONTRATO.

9.2. Todas as despesas necessárias para execução do CONTRATO, inclusive com deslocamento e hospedagem de profissionais da CONTRATADA, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para o BNDES.

9.3. Todas as licenças necessárias (ex. licença de software) ao atendimento dos requisitos destas Especificações Técnicas devem ser fornecidas ao BNDES pela CONTRATADA, sem nenhum ônus adicional.

9.4. Após o término da vigência do CONTRATO, os equipamentos fornecidos deverão continuar funcionando normalmente em suas funcionalidades permanentes, bem como as integrações que não dependam de subscrição.

## **10. Prazo de Vigência do Contrato**

10.1. O CONTRATO a ser celebrado com a vencedora do certame terá vigência a partir da data de sua assinatura e se encerrará após decorridos 60 (sessenta) meses contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.

## **11. Prazos e Condições de Entrega**

11.1. A CONTRATADA deve realizar a entrega dos equipamentos nos *data centers* do BNDES e realizar o serviço de instalação em até 60 (sessenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

- 11.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao BNDES o planejamento da instalação e configuração dos equipamentos em até 15 (quinze) dias corridos a partir da assinatura do contrato.
- 11.1.2 A entrega dos equipamentos e o serviço de instalação serão considerados concluídos após a confirmação do BNDES de que todos os dispositivos estão funcionando de acordo com o estabelecido nessas especificações técnicas, quando será emitido o Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.
- 11.2. A CONTRATADA deve iniciar o serviço de treinamento em até 10 (dez) dias corridos a partir da solicitação do GESTOR DO CONTRATO e concluí-lo em até 20 (vinte) dias corridos a partir do início do serviço.
  - 11.2.1 O serviço de treinamento pode ser solicitado pelo GESTOR DO CONTRATO após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.
  - 11.2.2 O serviço de treinamento será considerado concluído após o término do treinamento e da confirmação do BNDES de que todos os requisitos estabelecidos para esse serviço foram atendidos, quando será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do treinamento.
- 11.3. A CONTRATADA deve iniciar o serviço Suporte Técnico a partir da data de emissão Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.
- 11.4. A CONTRATADA deve iniciar o serviço de integração em até 10 (dez) dias corridos a partir da solicitação do GESTOR DO CONTRATO e concluí-lo em até 3 meses a partir do início do serviço.
  - 11.4.1 O serviço de integração do SPB e de Blockchain podem ser solicitados separadamente. Cada um será considerado concluído após a confirmação do BNDES de que a integração está funcionando conforme planejado, quando será emitido o Termo de Recebimento Definitivo daquela integração.
- 11.5. O BNDES deve emitir os Termos de Recebimento Definitivos em até 7 (sete) dias corridos após a CONTRATADA sinalizar o fim da execução de um serviço. Caso haja pendências, a critério do BNDES, a CONTRATADA deve continuar a execução do serviço.

11.5.1 No caso de pendências da CONTRATADA, o prazo para entrega do serviço não será alterado. Todavia, o período de avaliação do serviço pelo BNDES não será considerado para fins de contagem dos níveis de serviço.

11.6. Os prazos estabelecidos nessa seção podem ser prorrogados pelo GESTOR DO CONTRATO caso haja alguma pendência do BNDES que inviabilize ou prejudique a entrega dos equipamentos ou a execução dos serviços.

11.7. Caso haja o descumprimento dos prazos estabelecidos nesta seção, a CONTRATADA estará sujeita aos ajustes de pagamento definidos na Seção 12.

## 12. Ajustes de pagamento

12.1. Na hipótese do descumprimento dos prazos estabelecidos na Seção 11, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de desconto por dia corrido de atraso, conforme os percentuais definidos a seguir:

Item	Desconto por dia
Entrega e instalação dos equipamentos	1%
Treinamento	2%
Serviço de Integração	2%

12.1.1 O desconto no atraso da entrega e instalação será aplicado sobre o valor total dos equipamentos e do serviço de instalação, independente do atraso ter sido na entrega ou na instalação.

12.1.2 O desconto no atraso do serviço de integração e do treinamento será aplicado sobre o valor da respectiva integração e sobre valor do respectivo treinamento.

- 12.2. Na hipótese do descumprimento dos níveis de serviços estabelecidos na Seção 8, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de desconto conforme os percentuais definidos a seguir:

<b>Severidade</b>	<b>Prazo de atendimento ou resolução</b>	<b>número máximo de ocorrências</b>
<b>Crítica</b>	3% por hora excedente	10% por ocorrência excedente
<b>Alta</b>	2% por hora excedente	10% por ocorrência excedente
<b>Média</b>	3% por dia útil excedente	-
<b>Baixa</b>	2% por dia útil excedente	-

12.2.1 Os ajustes de pagamento serão efetuados na fatura mensal que corresponde à competência imediatamente posterior àquela da ocorrência de violação dos níveis mínimos de serviço.

12.2.2 No último mês de vigência do contrato, os ajustes de pagamento serão efetuados na fatura do mês de ocorrência da violação.

- 12.3. Os descontos efetuados serão limitados em 30% do valor mensal. Na hipótese em que a soma dos ajustes de pagamento exceda este limite, além da aplicação de desconto de 30%, a Contratada poderá incorrer nas demais penalidades previstas no CONTRATO.

- 12.4. Em caso de frações de hora ou dia excedente, os descontos estabelecidos serão calculados arredondando-se as frações para cima.

### **13. Condições de Pagamento**

13.1. O pagamento da entrega dos equipamentos e do serviço de instalação será realizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos, em até 10 (dez) dias úteis após o ateste do GESTOR DO CONTRATO da Nota Fiscal/ Fatura do serviço.

13.2. O pagamento do serviço de treinamento será realizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço de treinamento, em até 10 (dez) dias úteis após o ateste do GESTOR DO CONTRATO da Nota Fiscal/ Fatura do serviço.

13.3. O pagamento do serviço de integração será realizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da respectiva integração, em até 10 (dez) dias úteis após o ateste do GESTOR DO CONTRATO da Nota Fiscal/ Fatura do serviço.

**Elaborado por:**

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

**Revisado por:**

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

- 13.4. O pagamento do serviço de suporte técnico será realizado mensalmente, no mês subsequente ao que foi prestado o serviço, após a avaliação do relatório da CONTRATADA sobre os níveis de serviço, em até 10 (dez) dias úteis, após ateste do Gestor do CONTRATO da Nota Fiscal / Fatura do serviço, sendo o valor do primeiro e último meses de prestação do serviço cobrados proporcionalmente ao tempo utilizado.
- 13.5. O pagamento do serviço de suporte técnico das integrações só será contabilizado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da respectiva integração e será realizado mensalmente, no mês subsequente ao que foi prestado o serviço, após a avaliação do relatório da CONTRATADA sobre os níveis de serviço, em até 10 (dez) dias úteis, após ateste do Gestor do CONTRATO da Nota Fiscal / Fatura do serviço, sendo o valor do primeiro e último meses de prestação do serviço cobrados proporcionalmente ao tempo utilizado.
- 13.6. Para toda efetivação de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do BNDES, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico, o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do BNDES para devido registro de recebimento;
- 13.7. No caso de faturas que cheguem ao BNDES vencidas ou com prazo de pagamento inferior a 10 (dez) dias úteis, a CONTRATADA deverá emitir novo documento de cobrança com nova data para pagamento, respeitando o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis entre a data do recebimento pelo BNDES e a nova data de pagamento ou, alternativamente, emitir documento que prorrogue a data de pagamento da fatura enviada.

## **14. Penalidades**

- 14.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:
- 14.1.1 Advertência;
- 14.1.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre a parcela contratual descumprida, a critério da autoridade competente do BNDES, caso o descumprimento

dos prazos de nível de serviço estabelecidos enseje ajustes de pagamento superiores aos limites previstos para descontos;

14.1.3 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, a critério da autoridade competente do BNDES, em razão de qualquer descumprimento das demais obrigações contratuais, não previstas no item acima; e

14.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, pelo prazo previsto na legislação, apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

14.2. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia contratual ou de crédito existente no BNDES em relação à respectiva CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

14.3. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades, serão assegurados à CONTRATADA em questão o contraditório e a ampla defesa.

14.4. O somatório de todas as penalidades aplicadas estará limitado a 30% do valor global do Contrato durante toda a vigência contratual.

14.5. A aplicação das sanções previstas não impede a rescisão unilateral do CONTRATO pelo BNDES, nas hipóteses legalmente previstas e conforme estabelecido no mesmo.

## **15. Garantia Contratual**

15.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual, no prazo de até 10 dias úteis após a convocação pelo Gestor do Contrato, prorrogáveis a critério do BNDES, no valor equivalente a 5% sobre o valor global do contrato, na modalidade que vier a escolher, dentre as previstas no artigo 70, § 1º da Lei nº 13.303/2016.

## **16. Obrigações Especiais da Contratada**

16.1. Além das demais obrigações estipuladas no contrato ou estabelecidas em lei, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

16.1.1 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo respectivo objeto contratado, não podendo, em qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas ocorridos na execução do serviço.

- 16.1.2 Indicar um profissional para a função de preposto da CONTRATADA, sendo este seu interlocutor junto ao BNDES para os assuntos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais, e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo BNDES. São responsabilidades do preposto:
- 16.1.2.1 Acompanhar o processo de entrega e instalação dos equipamentos.
  - 16.1.2.2 Manter atualizados os meios de abertura de chamados.
  - 16.1.2.3 Acompanhar o agendamento e execução dos treinamentos.
  - 16.1.2.4 Agir como interlocutor ou designar técnico responsável para acompanhar chamados técnicos abertos.
  - 16.1.2.5 Garantir que os prazos estabelecidos na Seção 11 sejam cumpridos.
  - 16.1.2.6 Acompanhar as solicitações de integração do BNDES.
- 16.1.3 Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pelo BNDES, de que venha a ter conhecimento em virtude da contratação, sendo vedada a divulgação das informações obtidas a terceiros em geral, e em especial a quaisquer meios de comunicação públicos e/ou privados.
- 16.1.4 Apresentar, antes do início da prestação dos serviços, Termo de Confidencialidade, cuja minuta é apresentada no Edital, assinado por seus representantes legais.
- 16.1.5 Apresentar, antes do início da prestação dos serviços e a cada novo profissional a ser alocado para atendimento ao BNDES, Termo de Confidencialidade, cuja minuta é apresentada no Edital, assinado pelos profissionais.
- 16.1.6 Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo referido no subitem anterior desta Seção.
- 16.1.7 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo BNDES.



- 16.1.8 Aceitar, por parte do BNDES, em todos os aspectos, a fiscalização no cumprimento do objeto contratado.
- 16.1.9 Responder pelos danos comprovadamente causados ao BNDES ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto contratado. A fiscalização ou o acompanhamento do BNDES não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade da CONTRATADA.
- 16.1.10 Assegurar que seus profissionais observem todas as normas de segurança e identificação vigentes nas dependências do BNDES.
- 16.1.11 Assegurar que seus profissionais utilizem apenas as ferramentas homologadas pelo BNDES no caso de acesso remoto, se este tipo de acesso for autorizado pelo BNDES.

## 17. Reajuste

- 17.1. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será mantido, conforme o caso, pela revisão ou pelo reajuste, observados os limites e condições constantes da minuta de Contrato aprovada pelo BNDES. O reajuste estará limitado ao Índice de Custo de Tecnologia da Informação - ICTI, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

## 18. Requisitos da Proposta

- 18.1. Os LICITANTES devem cotar os equipamentos e serviços do objeto da licitação em valores unitários, totais e globais, conforme as tabelas a seguir:

- 18.1.1 A tabela com valor do HSM e os respectivos serviços de instalação, treinamento e suporte técnico:

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Total
Equipamentos HSM	4	unidade	A1	$A=A1*4$
Serviço de Instalação	1	unidade		B
Serviço de Treinamento	1	unidade		C
Suporte Técnico	60	meses	D1	$D=D1*60$
Valor do HSM e serviços:				$E=A+B+C+D$

- 18.1.2 A tabela com o valor do serviço de integração do SPB e Blockchain:

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Total
Integração com SPB	1	unidade		G
Integração c/ Blockchain	1	unidade		H

Valor da Integração:	I=G+H
----------------------	-------

18.1.3 Caso utilizados módulos adicionais do HSM ou middleware para o funcionamento das integrações, a tabela com o valor dos respectivos módulos extras, os quais serão pagos após o serviço de integração ser realizado e pelo período remanescente da vigência do contrato.

18.1.3.1 Caso os módulos adicionais do HSM ou middleware sejam comercializados no modelo de licença perpétua e suporte:

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Total
SPB				
- Módulo/Middleware	4	unidade		J
- Suporte Técnico	Até 60	meses		K
Blockchain				
- Módulo/Middleware	4	unidade		L
- Suporte Técnico	Até 60	meses		M
Valor dos Módulos Extras:				N=J+K+L+M

18.1.3.2 Caso os módulos adicionais do HSM ou middleware sejam comercializados no modelo de subscrição:

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Total
SPB				
- Módulo/Middleware	Até 60	meses		J
Blockchain				
- Módulo/Middleware	Até 60	meses		L
Valor dos Módulos Extras:				N=J+L

18.1.4 A Tabela com o Valor Global:

	Valor Total
HSM e serviços (item 18.1.1)	F
Integração (item 18.1.2)	I
Módulos Extras Opcionais (itens 18.1.3.1 ou 18.1.3.2)	N
Valor Global:	O=E+I+N

18.2. A LICITANTE deve apresentar lista com todos os componentes de hardware oferecidos contendo, no mínimo, para cada componente, as especificações técnicas com as seguintes informações, quando aplicáveis: nome, fabricante, modelo, código do produto, capacidade, dimensões (altura, largura e profundidade),

Elaborado por:

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

Revisado por:

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

peso, requisitos e consumo de energia elétrica (tensão, corrente e potência), quantidades e prazo de garantia.

18.3. A LICITANTE deve apresentar a lista de módulos adicionais do HSM e middlewares necessários para execução do serviço de integração, bem como se o licenciamento desses componentes é perpétuo ou por subscrição e um plano simplificado de como a integração será realizada.

18.4. A LICITANTE deve apresentar declaração de que os equipamentos e seus componentes estão em linha de produção pelo fabricante, são os modelos mais atuais possíveis e que possuem suporte para os próximos 5 anos.

18.5. A LICITANTE deve apresentar declaração de que os equipamentos possuem a certificação FIPS 140-2 nível 3 (ou superior) e que os equipamentos são homologados pelo INMETRO.

18.6. Caso a LICITANTE não seja o próprio fabricante dos equipamentos, deverá ser apresentada:

18.6.1 Declaração de que a LICITANTE está autorizada pelo fabricante a comercializar os equipamentos e prestar todos os serviços descritos nestas Especificações Técnicas.

18.6.2 Declaração de que o serviço de suporte técnico será contratado pela LICITANTE junto ao fabricante da solução ofertada, para todos os itens fornecidos, dos ciclos anuais do serviço de suporte técnico.

## **19. Requisitos para Habilitação**

19.1. A LICITANTE deve apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o LICITANTE executou ou executa, de maneira satisfatória, objeto da mesma natureza ou similar ao respectivo item da presente licitação.

19.1.1 Consideram-se objetos da mesma natureza ou similares ao da presente Licitação o fornecimento de equipamentos HSM, ou prestação de serviços de suporte técnico por pelo menos 12 (doze) meses consecutivos de equipamentos HSM, ou serviço de integração utilizando HSM.

19.2. O atestado deve conter as seguintes informações mínimas:

19.2.1 Nome comercial da sociedade atestante.

19.2.2 O período de execução do serviço.

19.2.3 Descrição do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado.

19.2.4 Data da emissão do atestado.

## 20. Valor Estimado da Licitação

20.1.1 O valor global máximo estimado para a contratação é de **R\$ 1.937.704,90** (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, setecentos e quatro reais e noventa centavos), distribuídos conforme o detalhamento a seguir. Ressalta-se que esse montante corresponde ao limite máximo aceitável pelo BNDES no procedimento licitatório, devendo ser igualmente observados os valores máximos estabelecidos a seguir:

20.1.2 R\$ 1.326.288,90 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) para o HSM e serviços.

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Máximo
Equipamentos HSM	4	unidade	R\$ 149.800,00	R\$ 599.200,00
Serviço de Instalação	1	unidade		R\$ 29.506,62
Serviço de Treinamento	1	unidade		R\$ 7.891,88
Suporte Técnico	60	meses	R\$ 11.494,84	R\$ 689.690,40

20.1.3 R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais) para o serviço de integração.

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Máximo
Integração SPB	1	unidade		R\$ 148.500,00
Integração Blockchain	1	unidade		R\$ 158.500,00

20.1.4 R\$ 304.416,00 (trezentos e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais) para o item Módulos Extras Opcionais.

	Quantidade	Métrica	Valor Unit.	Valor Máximo
SPB				
- Módulo extra do HSM	4	unidade	R\$ 19.026,00	R\$ 76.104,00
- Suporte ou Subscrição	Até 60	meses	R\$ 1.268,40	R\$ 76.104,00
Blockchain				
- Módulo extra do HSM	4	unidade	R\$ 19.026,00	R\$ 76.104,00
- Suporte ou Subscrição	Até 60	meses	R\$ 1.268,40	R\$ 76.104,00

### Elaborado por:

Francisco de A. M. Valadares  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20055-9

Oziel Alexandre P. Humasi  
Analista de Sistemas  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 20047-3

### Revisado por:

Felipe Curty do R. Pinto  
Coordenador de Serviço  
ATI/DEGAT/GPES  
Matr. 09777-2

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - BNDES**  
**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_ **CNPJ:** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_  
**TELEFONE:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ **E-MAIL:** \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL:** \_\_\_\_\_  
**NACIONALIDADE:** \_\_\_\_\_ **ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_  
**PROFISSÃO:** \_\_\_\_\_ **FUNÇÃO NA SOCIEDADE:** \_\_\_\_\_  
**RG:** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL**  
**(MATRIZ/FILIAL):**

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_ **CNPJ:** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_ **CNPJ:** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO:** Fornecimento de quatro equipamentos de segurança para criptografia e proteção de chaves criptográficas (Hardware Security Module - HSM), incluindo os serviços de instalação, treinamento, integração e suporte técnico pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme as especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026 e de seus Anexos.

O Licitante \_\_\_\_\_ declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico em referência, bem como todas as condições de execução do objeto licitado, propondo sua execução pelo valor global de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), observados os valores unitários cotados na planilha de custos e formação de preços anexa<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O modelo de planilha está disponível no endereço [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Declara que os equipamentos e seus componentes estão em linha de produção pelo fabricante, são os modelos mais atuais possíveis e que possuem suporte para os próximos 5 anos.

Declara que os equipamentos possuem a certificação FIPS 140-2 nível 3 (ou superior) e que os equipamentos são homologados pelo INMETRO.

Declara que está autorizada pelo fabricante a comercializar os equipamentos e prestar todos os serviços descritos nestas Especificações Técnicas.

Declara que o serviço de suporte técnico será contratado pela LICITANTE junto ao fabricante da solução ofertada, para todos os itens fornecidos, dos ciclos anuais do serviço de suporte técnico.

Declara ainda, conforme disposto no Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, baseada no Acórdão nº 2.569/2018 do Plenário do TCU, a não ocorrência de registro de oportunidade, em atenção à garantia dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, o Licitante \_\_\_\_\_ informa que a validade da presente Proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal do Licitante)

*Obs.: O Licitante deverá observar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para a validade da Proposta.*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - BNDES**  
**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO OCS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
CONTRATO SAP Nº \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL – BNDES E \_\_\_\_\_, NA FORMA  
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento do Pregão Eletrônico nº 017/2026 - **BNDES**, autorizado em 14/05/2026, por intermédio da IP ATI/DEGAT nº 02/2026, de 12/05/2026, conforme previsão orçamentária sob rubricas nº 1750100071 (centro de custo nº BN30005000), 3101700040 (centros de custo nº BN00004000 e BN00007000), 3101700010 (centro de custo nº BN00004000), 3101700020 (centro de custo nº BN00004000), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Licitações e Contratos do Sistema **BNDES**, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de quatro equipamentos de segurança para criptografia e proteção de chaves criptográficas (Hardware Security Module - HSM), incluindo os serviços de instalação, treinamento, integração e suporte técnico, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026 - **BNDES**) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e se encerrará após decorridos 60 (sessenta) meses contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.

## CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

### Parágrafo Único

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

## CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor, com o apoio do Fiscal do Contrato, mencionados na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

## CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

### Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

### Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério do **BNDES**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



### Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

### Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (prioritariamente nota fiscal, e nos casos de dispensa desta: fatura, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

### Parágrafo Primeiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado ao **BNDES** no mês de sua emissão e até o dia 25 (vinte e cinco) do mesmo – ou data anterior que viabilize o tempestivo recolhimento dos tributos, se a legislação tributária assim exigir – possibilitando o cumprimento, pelo **BNDES**, das obrigações fiscais principais e acessórias decorrentes deste Contrato. Havendo impedimento legal para o cumprimento desse prazo, o documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado até o primeiro dia útil do mês seguinte da prestação do serviço/fornecimento do bem.

### Parágrafo Segundo

A apresentação do documento de cobrança fora do prazo previsto nesta cláusula poderá implicar em sua rejeição e no direito do **BNDES** se ressarcir, preferencialmente, mediante desconto do valor a ser pago ao **CONTRATADO**, por qualquer penalidade tributária incidente pelo atraso.

### Parágrafo Terceiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

### Parágrafo Quarto

O primeiro documento fiscal ou equivalente legal terá como objeto de cobrança o período compreendido entre o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais ou equivalentes legais subsequentes terão como

referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês. O último documento fiscal ou equivalente legal, por seu turno, referir-se-á ao período compreendido entre o primeiro dia do último mês da prestação dos serviços e o último dia de serviço prestado. Em todos os casos, o documento fiscal ou equivalente legal só poderá ser emitido e apresentado ao **BNDES** após a efetiva prestação do serviço, respeitado o disposto no Parágrafo anterior.

## Parágrafo Quinto

Para toda efetivação de pagamento, o Contratado deverá protocolar o documento fiscal ou equivalente em meio digital em sistema eletrônico próprio do BNDES, observadas as orientações vigentes do Contratante. Documentos em meio físico não serão aceitos, salvo previsão expressa no instrumento convocatório ou no contrato.

## Parágrafo Sexto

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS ou número SAP do Contrato;
- II. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- III. número da Folha de Registro de Serviços (FRS), a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- IV. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- V. período de referência da execução do objeto;
- VI. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- XI. código do serviço, nos termos da legislação vigente<sup>1</sup>, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF; e
- XII. destaque das retenções tributárias aplicáveis, conforme estabelecido na DIF.

<sup>1</sup> lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003 ou NBS (Nomenclatura Brasileira de Serviços)

### Parágrafo Sétimo

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, o **CONTRATADO** fornecerá todos os documentos comprobatórios.

### Parágrafo Oitavo

O documento fiscal ou equivalente legal emitido pelo **CONTRATADO** deverá estar em conformidade com a legislação tributária onde o **CONTRATADO** esteja estabelecido, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

### Parágrafo Nono

Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. declaração assinada por um representante legal de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- II. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- III. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado;

### Parágrafo Décimo

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

### Parágrafo Décimo Primeiro

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

### Parágrafo Décimo Segundo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

### Parágrafo Décimo Terceiro

Fica assegurado ao **BNDES** o direito de deduzir do pagamento devido ao **CONTRATADO**, por força deste Contrato ou de outro contrato mantido com o **BNDES**, o valor correspondente aos pagamentos efetuados a maior ou em duplicidade.

### CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

#### Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, data de apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação - ICTI, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, acumulado, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

#### Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

#### Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de

mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

II. caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

#### CLÁUSULA NONA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo  deste Contrato.

#### Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

#### Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, garantia contratual, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste Contrato, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, no valor de R\$  (  ), que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

### Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

### Parágrafo Segundo

Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, fica dispensada a atualização da garantia, salvo se o valor da atualização for igual ou superior ao patamar referenciado no inciso II do artigo 91 do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

### Parágrafo Terceiro

Nos demais casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual,

8/21

dentre outros, o **CONTRATADO** deverá providenciá-la no prazo estipulado pelo **BNDES**.

#### Parágrafo Quarto

Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

#### Parágrafo Quinto

A garantia contratual deverá cobrir:

- I. todas as obrigações decorrentes do objeto contratual, assim como eventuais danos decorrentes de seu descumprimento;
- II. todas as obrigações relacionadas ao objeto principal, ainda que decorrentes de sua manutenção e/ou refazimento, bem como das medidas necessárias à prevenção ordinária de sinistros, prejuízos e danos em geral;
- III. prejuízos decorrentes de atos de corrupção praticados sem participação dolosa do **BNDES** ou de seus representantes;
- IV. prejuízos diretos causados ao **BNDES** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- V. multas moratórias e/ou punitivas aplicadas pelo **BNDES** ao **CONTRATADO**;
- VI. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo **CONTRATADO**, quando o objeto contratual demandar cessão de mão de obra com dedicação exclusiva.

#### Parágrafo Sexto

Em caso de prorrogação da vigência ou alteração do objeto contratual, o **CONTRATADO** deverá notificar a entidade fiadora/seguradora, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da formalização do respectivo Instrumento Contratual.

#### Parágrafo Sétimo

Por se tratar de garantia contratual prestada em benefício de uma Estatal, caso os documentos de caução, fiança ou seguro façam referência à Lei nº 8.666/1993 e/ou à Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições respectivas da Lei nº 13.303/2016, no que couber.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;



- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos ao **BNDES** em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável;
- VII. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante:
- a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
  - b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VIII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- IX. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;
- X. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- XI. fornecer informações para o gerenciamento, por parte do **BNDES**, de riscos social, ambiental ou climático, relacionados ao objeto do contrato.
- XII. apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a convocação, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, e de retenção tributária, pelo **BNDES**, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;
- a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal;
- XIII. atender às solicitações do **BNDES** relativas à transição contratual entre o **CONTRATADO** e o seu sucessor na execução dos serviços, prestando todo o suporte, a fim de que o objeto contratado não seja interrompido;



**XIV.** responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;

**XV.** devolver recursos disponibilizados pelo **BNDES**, revogar perfis de acesso de seus profissionais, eliminar suas caixas postais e adotar demais providências aplicáveis ao término da vigência deste Contrato;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES**

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

### **Parágrafo Primeiro**

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

**I.** não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

**II.** impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;

**III.** providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

**IV.** observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigentes ao tempo da contratação, bem como a Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores, todos os profissionais envolvidos na execução do objeto e eventuais subcontratados pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;

**V.** adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;

**VI.** informar imediatamente ao **BNDES** a ocorrência de potencial situação de conflito de interesses, comunicando na mesma oportunidade as medidas que serão adotadas para o tratamento da questão; e

**VII.** notificar imediatamente o **BNDES** sobre qualquer investigação ou procedimento iniciado por autoridade governamental relacionado à violação de Leis Anticorrupção

(nacional ou estrangeira) e/ou de obrigações da empresa, de seus administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes ou terceiros a seu serviço, incluindo subcontratados, referentes a este Contrato.

#### **Parágrafo Segundo**

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

#### **Parágrafo Terceiro**

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

#### **Parágrafo Quarto**

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) ou requisitados ao Gestor do Contrato.

#### **Parágrafo Quinto**

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* ([www.bndes.gov.br/ouvidoria](http://www.bndes.gov.br/ouvidoria)); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
  - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
  - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa

das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. apresentar, quando solicitado pelo Gestor do Contrato, Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais) deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e

VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seu Representante Legal, constante do Anexo IV (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas de boa governança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, inclusive de segurança, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados pessoais em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais diretamente pelo **CONTRATADO**, esta será realizada mediante prévia aprovação do **BNDES**, responsabilizando-se o **CONTRATADO** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. O **CONTRATADO** deverá seguir as instruções recebidas do **BNDES** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. No caso de tratamento de dados pessoais realizado pelo **CONTRATADO** para cumprimento de suas obrigações legais ou para atendimento de suas próprias

**13/21**

finalidades, o **BNDES** não será considerado “Controlador de Dados Pessoais” e, sim, o **CONTRATADO**;

V.Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização do **BNDES**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI.O **CONTRATADO** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII.Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pelo **CONTRATADO**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII.O **CONTRATADO** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX.O **BNDES** possui direito de regresso em face do **CONTRATADO** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X.O **CONTRATADO** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integridade de seus dados pessoais.

XI.O **CONTRATADO** deverá informar imediatamente ao **BNDES** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pelo **BNDES** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII.O **CONTRATADO** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pelo **BNDES**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**XIII.**Qualquer incidente ao qual o **CONTRATADO** tiver dado causa e que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado ao **BNDES**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo ao **CONTRATADO** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

**XIV.**Ao final da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

#### **Parágrafo Primeiro**

As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, o **BNDES** será considerado “Controlador de Dados”, e o **CONTRATADO** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso o **CONTRATADO** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções do **BNDES**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

#### **Parágrafo Segundo**

Cada uma das Partes será controladora independente, para os fins desse **CONTRATO**, cabendo definir individualmente as bases legais apropriadas e diretrizes para as operações de tratamento, em relação aos seguintes dados pessoais: (i) que vierem a coletar diretamente junto aos respectivos titulares, desde que essa operação de tratamento se dê com base em suas próprias decisões; (ii) oriundos de suas próprias bases de dados; e (iii) relativos ao seu corpo de colaboradores, funcionários e/ou prepostos envolvidos para a regular execução deste Contrato.

#### **Parágrafo Terceiro**

Caso o **CONTRATADO** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que o **BNDES** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte do **CONTRATADO**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações do **BNDES**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

#### **Parágrafo Quarto**

A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada ao **CONTRATADO**, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo **BNDES**, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pelo **BNDES** dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

### Parágrafo Quinto

Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de licitação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional do **BNDES** e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

### Parágrafo Sexto

As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como informar aos titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, [REDACTED], que atualmente exerce a função de [REDACTED], a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, [REDACTED], que atualmente exerce a função de [REDACTED];
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;
- V. designar o Fiscal do Contrato que auxiliará o Gestor do Contrato no acompanhamento, na fiscalização e na avaliação da execução do objeto;
- VI. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, acesso ao Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política Corporativa de Integridade do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VII. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e
- VIII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:
  - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
  - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
  - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EQUIDADE DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

O **CONTRATADO** deverá comprovar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, a inexistência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pelo próprio **CONTRATADO** ou dirigentes, administradores ou sócios majoritários, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou, ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição.

### Parágrafo Primeiro

Na hipótese de ter havido decisão administrativa e/ou sentença condenatória, nos termos referidos no *caput* desta Cláusula, a execução do objeto contratual poderá ser suspensa pelo **BNDES** até a comprovação do cumprimento da reparação imposta ou da reabilitação do **CONTRATADO** ou de seus dirigentes, conforme o caso.

### Parágrafo Segundo

A comprovação a que se refere o *caput* desta Cláusula será realizada por meio de declaração, sem prejuízo da verificação do sistema informativo interno do **BNDES** – Sistema de Gerenciamento do Cadastro de Entidades (N02), acerca da inexistência de sanção em face do **CONTRATADO** e/ou de seus dirigentes, administradores ou sócios majoritários que impeça a contratação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

### Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.



### **Parágrafo Segundo**

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

### **Parágrafo Terceiro**

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PENALIDADES**

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa, de acordo com o Anexo I (Termo de Referência); e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

### **Parágrafo Primeiro**

As penalidades serão aplicadas observadas as normas do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

### **Parágrafo Segundo**

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá requerer a reconsideração para a decisão de advertência, ou interpor o recurso cabível para as demais penalidades, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA BNDES**.

### **Parágrafo Terceiro**

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

### **Parágrafo Quarto**

A multa poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

### **Parágrafo Quinto**

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.



### **Parágrafo Sexto**

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

### **Parágrafo Sétimo**

A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema BNDES não importa em renúncia às penalidades prevista neste Contrato e no Anexo I (Termo de Referência).

### **Parágrafo Oitavo**

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

### **Parágrafo Primeiro**

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

### **Parágrafo Segundo**

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

### **Parágrafo Terceiro**

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento, os ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato e alterações de preços decorrentes decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de

preços causada por alterações na legislação tributária, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

- I. consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do **BNDES**, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- III. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- V. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;
- VI. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VIII. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- IX. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;
- X. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- XI. em razão da dissolução do **CONTRATADO**;
- XII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato; e
- XIII. em decorrência de atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da execução do objeto do Contrato, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado.

#### **Parágrafo Primeiro**

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

### **Parágrafo Segundo**

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

### **Parágrafo Primeiro**

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Risco

Anexo IV - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo V - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

### **Parágrafo Segundo**

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO**

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes consideram, para todos os efeitos, a data da última assinatura digital como a data de formalização jurídica deste instrumento.

As folhas deste contrato foram conferidas por \_\_\_\_\_, advogado(a) do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

---

**CONTRATADO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - BNDES**  
**ANEXO IV – MATRIZ DE RISCOS**

**A. Riscos atinentes ao tempo da execução****Alocação de Riscos para a Contratada**

<b>Descrição</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas Mitigadoras</b>
Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Ausência ou insuficiência na prestação das atividades de instalação, treinamento, integração e do serviço de garantia e suporte técnico. Período sem cobertura dos serviços de garantia e suporte técnico. Aplicação de penalidades.	01. Diligência da Contratada na execução contratual.  02. O pagamento referente a prestação de cada serviço só é efetuado mediante a sua plena realização.
Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Ausência ou insuficiência na prestação das atividades de instalação, treinamento, integração e do serviço de garantia e suporte técnico. Período sem cobertura dos serviços de garantia e suporte técnico. Aplicação de penalidades.	01. Planejamento empresarial.

**Alocação de Riscos para o BNDES**

<b>Descrição</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas Mitigadoras</b>
Atraso na execução do objeto contratual por culpa do BNDES	Ausência ou insuficiência na prestação das atividades de instalação, treinamento, integração e do serviço de garantia e suporte técnico. Período sem cobertura dos serviços de garantia e suporte técnico.	01. Cumprimento pelo BNDES das atividades necessárias a regular execução contratual.

Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras
Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercuta no preço contratado, observada a disciplina contratual.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	01. Revisão de preço contratual.

## B. Riscos da Atividade Empresarial

### Alocação de Riscos para a Contratada

Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras
Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada.	01. Planejamento tributário.
Perda da condição de parceira comercial do fabricante pela Contratada, caso a Contratada não seja o próprio fabricante dos equipamentos fornecidos.	Período sem cobertura dos serviço de garantia e suporte técnico	01. Negociação com fabricante para manter a prestação do serviço. 02. Convocação do segundo colocado no certame.

**Alocação de Riscos para o BNDES**

Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras
Variação da inflação.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	03. Reajuste pelo ICTI.

**C. Riscos Técnicos e Operacionais****Alocação de Riscos para o BNDES**

Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras
Impossibilidade de instalação de atualização e/ou correção fornecida nos termos dos serviços de serviço de garantia e suporte técnico, em decorrência de customização realizada pelo BNDES e/ou terceiro a seu serviço.	Problemas na operação da solução.	01. Mapeamento de customizações e planejamento das ações de implementação.
Impossibilidade de integração com algum sistema do BNDES	Impossibilidade do uso do HSM naquele sistema e consequente operação com chave criptográfica desprotegida.	01. Implementação de "adaptador" pela equipe interna.

**D. Riscos Tributários e Fiscais****Alocação de Riscos para a Contratada**

Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras
Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	01. Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.

Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	01.Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.
---	---	---

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - BNDES**  
**ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÃO**

**MODELO A**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E DE  
CONTRATAÇÃO**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 017/2026- BNDES**

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, a inexistência de impedimentos normativos à contratação com o BNDES ou suas subsidiárias<sup>1</sup>, declarando ainda que:

I. em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:

- a) não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do BNDES ou de suas subsidiárias;
- b) não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES ou com suas subsidiárias;
- c) não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- g) que não possui sócio que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BNDES ou suas subsidiárias há menos de 6 (seis) meses; e
- h) não possui administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar, até o terceiro grau civil, de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do BNDES.

---

<sup>1</sup> BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME



**II.** não está proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público<sup>2</sup>;

**III.** em relação à Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES<sup>3</sup>, inexistente decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pela sociedade ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, e/ou de sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso ou pessoa com deficiência, ou importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição;

**IV.** em relação à Política para Transações com Partes Relacionadas:

- a) não é controlada por Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social das empresas do Sistema BNDES;
- b) não é controlada por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 2º grau, de qualquer pessoa referida no inciso (i) acima;

**V.** em relação à Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES, que:

- a) atua em estrita conformidade com a Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do Sistema BNDES (PPLDT);
- b) não está envolvido, direta ou indiretamente, em quaisquer atividades ilícitas, incluindo, mas não se limitando a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou proliferação de armas de destruição em massa;
- c) não é alvo de sanções internacionais, especialmente aquelas previstas pela Lei nº 13.810/2019 e monitoradas em conformidade com normativos vigentes;
- d) compromete-se a colaborar com quaisquer diligências solicitadas pelo BNDES para fins de PLDFT, mantendo total transparência e fornecendo informações ou documentos adicionais sempre que necessário.

**VI.** não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

---

<sup>2</sup> Este inciso alcança todas as sanções de impedimento de licitar e contratar previstas nos demais dispositivos legais, tais como as decorrentes da Lei nº 8.429/1992, da Lei nº 9.605/1998, da Lei nº 9.504/1997 e as decorrentes de práticas lesivas à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

<sup>3</sup> Disponível em <https://ri.bndes.gov.br/governanca-corporativa/estatutos-codigo-e-politicas>.

**VII.** compromete-se a informar ao BNDES, a qualquer tempo, a alteração das condições declaradas acima;

**VIII.** está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

**IX.** não designará, para a execução dos serviços ora contratados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente do Sistema BNDES.

**Local, data.**

**Assinatura do representante legal.**

## MODELO B

### DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORNECIMENTO – DIF

#### Instruções para Preenchimento:

- 1) Antes de começar a preencher, favor ler a aba Instruções Gerais deste arquivo;
- 2) Preencher apenas os campos hachurados em azul. O restante da planilha está bloqueado;
- 3) Cada campo tem comentários para auxiliar o preenchimento. Passe o mouse para acessar os comentários;
- 4) Preencher uma DIF para cada unidade econômica do fornecedor (matriz e/ou filiais), que vierem a efetivamente fornecer o produto e/ou prestar o serviço. Nesse caso, os documentos de cobrança deverão ser emitidos por estas unidades econômicas; e
- 5) Preencher uma DIF para cada subcontratado do fornecedor que emitir documentos de cobrança contra o BNDES.

#### 1) CONTRATANTE

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Endereço: Avenida República do Chile, 100, Centro, CEP 20031-917

CNPJ: 33.657.248/0001-89

Inscr. Mun.: 047.146-1  
Rio de Janeiro - RJ

#### 2) DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR OU DO(S) SUBCONTRATADO(S)



FORNECEDOR



SUBCONTRATADO

Razão Social/Nome:

Endereço Completo:

DADOS*	PESSOA JURÍDICA		PESSOA FÍSICA
CNPJ/CPF			
NIT/PIS/PASEP			
Natureza Jurídica			
Entidade Sem Fins Lucrativos	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Entidade Beneficente de Assistência Social	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
CÓDIGO CNAE(i) - Atividade Principal / N° CBO(ii)			
CÓDIGO CNAE da Atividade do fornecimento:			
Inscrição Estadual			
Inscrição Municipal			
Código CFOP(iii)			
Classificação NCM(iv)			
Optante SIMPLES NACIONAL	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	
Optante pelo SIMEI(v)	<input type="checkbox"/> Optante	<input type="checkbox"/> Não optante	

(i) CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas; (ii) CBO - Classificação Brasileira de Ocupações; (iii) CFOP - Código Fiscal de Operações e Prestações; (iv) NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul; e (v) SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).

#### 3) OBJETO DO FORNECIMENTO



PRODUTO



SERVIÇO



PRODUTO E SERVIÇO

OBJETO:

#### 4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

PRODUTO/SERVIÇO	VALOR BRUTO (R\$)	MUNICÍPIO(S) DA ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO
PRODUTO		
SERVIÇO		
TOTAL	-	

Valor Bruto é o valor referente ao escopo desta DIF, sem nenhuma dedução de tributos. Não considerar valores de fornecimento de outras unidades econômicas ou subcontratações.



Subcontratação (para os casos permitidos na Lei 8.666/93)

Nº de subcontratações:



TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO:



NF



NF-e



NFS-e



DANFE



RPCI



RECIBO



OUTROS

QUAIS?

\* As siglas mencionadas neste campo têm o significado a seguir: (i) NF - Nota Fiscal; (ii) NF-e - Nota Fiscal Eletrônica; (iii) NFS-e - Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; (iv) DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica; e (v) RPCI - Recibo de Pagamento a Contribuinte Individual (antigo RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo).

## 5) INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Diretrizes básicas para preenchimento:

### 1) IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS:

- 1.1) Observar o art. 34 da Lei nº 10.833/03, que trata da obrigação das empresas públicas (BNDES) em efetuar as retenções na fonte, a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/96; e
- 1.2) Observar a IN RFB nº 1.234/12.

### 2) RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS) - aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada:

- 2.1) Observar a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11; e
- 2.2) Observar a CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

### 3) ISS:

- 3.1) Observar a Lei Complementar (LC) nº 116/03, em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço";
- 3.2) Verificar se a categoria de serviço prestado se enquadra nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/03, em que o ISS é devido no "local da prestação";
- 3.3) Consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, especialmente o regulamento do município competente para a cobrança do ISS; e
- 3.4) Considerar os registros nos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEPOM/Rio de Janeiro).

### 4) SIMPLES NACIONAL, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS e ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 4.1) Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, paisagismo, vigilância, limpeza ou conservação, e serviços advocatícios) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente); e
- 4.2) Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração prevista no Anexo II, III ou IV; conforme enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e 7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Nos termos do § 7º do art. 6º da IN RFB nº 1.243/2012, não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS.

## ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

### ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

Preencher os valores dos produtos/mercadorias faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO PRODUTO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM "X" (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
IRPJ	-	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
CSLL		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				

**Observação 1:** O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, por isso, **NÃO** se aplicam alíquotas interestaduais.

**Observação 2:** Se o fornecimento implicar em produtos que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

### ENQUADRAMENTOS E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Conferir o enquadramento do serviço na LC nº 116/03 (campos "COD LC 116/03" e "DESCRIÇÃO"), e informar a inscrição no Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios - CEPOM/Rio de Janeiro, se aplicáveis:

COD LC 116/03	DESCRIÇÃO	COD CEPOM/RJ

Enquadrar o serviço como cessão de mão de obra / empreitada:

Marque com "X" as respostas ao lado das quatro perguntas a seguir, para determinação de existência de retenção previdenciária.

- Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo I? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
- Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo II? (veja aba "Anexos I e II" deste arquivo)
- Os serviços serão prestados nas dependências do BNDES ou em local por ele estabelecido?
- Os serviços contratados são de necessidade contínua do BNDES?

Se as respostas "a" e "c" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Se as respostas "b", "c" e "d" forem SIM, haverá retenção previdenciária.

Caso não sejam satisfeitas as combinações acima, não haverá retenção previdenciária.

De acordo com as respostas acima, haverá retenção previdenciária? (conforme IN RFB nº 971/2009)

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Preencher com os valores referentes aos serviços faturados diretamente contra o BNDES

TRIBUTOS	VALOR DO SERVIÇO R\$ (A)	BENEFÍCIO FISCAL MARQUE COM "X" (B)		BASE DE CÁLCULO R\$ (C)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER RETIDO R\$ E = (C x D)	BASE LEGAL DO BENEFÍCIO FISCAL (SE APLICÁVEL)
IRPJ	-	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
CSLL		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		1,00%		
PIS/PASEP		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		0,65%		
COFINS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO		3,00%		
ICMS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
ISS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				
INSS		<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO				

**Observação 1:** O BNDES **NÃO** é contribuinte do ICMS, **NÃO** se aplicando a alíquota interestadual.

**Observação 2:** Se o fornecimento implicar em serviços que estejam sujeitos a enquadramentos tributários distintos, preencha uma DIF para cada caso.

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função na Empresa: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal do fornecedor / subcontratado

Contador: \_\_\_\_\_ CRC: \_\_\_\_\_  
Assinatura do contador do fornecedor / subcontratado

**MODELO C**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

\_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, expedido pelo(a) \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** ter sido designado pela sociedade \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, para realizar vistoria às dependências do **BNDES**.

Outrossim, **DECLARA** ter efetuado a referida vistoria, tendo obtido todas as informações relativas ao local e às condições de execução dos serviços objeto deste Pregão.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Preposto da Sociedade

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Empregado do **BNDES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - BNDES**  
**ANEXO VI – MINUTAS DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**MODELO A**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

\_\_\_\_\_  
*(Identificação da empresa – CNPJ, Razão Social, etc)*,  
por intermédio de seu representante legal, \_\_\_\_\_  
*(identificação do representante legal – Nome e CPF)*, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**,  
se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

## CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

### Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA**

**BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial, dado pessoal a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### **Parágrafo Único**

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais que tiver acesso em razão de seu relacionamento com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das



situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a [Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES](#) (PCPD) e a [Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES](#) (PCSI), ambas das EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.
  - a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e
- b) O RESPONSÁVEL deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

## CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação, bem como do **RESPONSÁVEL**, no que for cabível.

## CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

## CLÁUSULA NONA

O **RESPONSÁVEL** se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do **Termo de Confidencialidade para Profissionais Terceirizados**, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

RESPONSÁVEL

## MODELO B

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA PROFISSIONAIS

\_\_\_\_\_, *(identificação – Nome e CPF)*, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, a tratar adequadamente os dados pessoais e a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- 
- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por empresa que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
  - II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
  - III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
  - IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
  - V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### **Parágrafo Único**

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

#### CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, dados pessoais, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial e dados pessoais a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

##### Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

#### CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

#### CLÁUSULA SEXTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em razão do Contrato OCS nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** unicamente para as finalidades informadas e/ou autorizadas e se o tratamento fundamentar-se em uma das situações previstas no art. 7º ou 11 da LGPD, observando a [Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES](#) (PCPD) e a [Política Corporativa de Segurança da Informação do Sistema BNDES](#) (PCSI), ambas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, bem como o seguinte:

- a) Os dados pessoais sensíveis só poderão ser compartilhados com terceiros nas hipóteses previstas na legislação de proteção de dados pessoais, quando houver, por exemplo, o consentimento específico do titular de dados pessoais, quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de

política pública, ao exercício regular de direito e para garantia da prevenção à fraude e da segurança do titular de dados pessoais.

a.1) São entendidos como dados pessoais sensíveis, nos termos do inciso III do artigo 7º da LGPD, os dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico; e

b) O RESPONSÁVEL deve comunicar, sem prejuízo de tomar outras medidas indicadas na PCSI, as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES, prontamente, sobre qualquer incidente com dados pessoais, aos quais teve acesso em razão da assinatura deste Termo, inclusive sobre o vazamento de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, e abrangem as informações presentes e futuras.

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL